

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2024**(Processo Administrativo n.º 051/2024)**

Código de Identificação CidadES 2024.019E0100001.02.0011

O SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL - SANEAR, Autarquia Municipal, criada/reestruturada pela lei nº 6.931 de 07/01/2022, inscrito no CNPJ sob o nº 06.698.248/0001-54, com sede na Rua Benjamin Costa, 105, Bairro Marista, Colatina-ES e seu Agente de Contratação, designado pela Portaria SANEAR Nº 053, de 02 de Maio de 2024, informam aos interessados que, com fundamento na Lei n. 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 28.906/21, na Lei Complementar n. 123/2006, e em outras normas aplicáveis, realizarão licitação na **MODALIDADE PREGÃO**, para **FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, no formato eletrônico, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, de acordo com as especificações e condições detalhadas neste Edital.

INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: xxxxxx/2024**TERMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: xxxxxx/2024 ÀS 08H59MIN.****INICIO DA FASE DE LANCES: xxxxxx/2024, ÀS 09H00MIN.****CRITERIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE****DISPUTA: ABERTA****LINK: www.portaldecompraspublicas.com.br**

Os lotes 03, 05, 06 e 07 serão EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, nos termos do art. 48 da LC 123/06, podendo ser estendido a empresas de categoria diversa, caso não compareçam, no mínimo, 03 (três) fornecedores competitivos, sediados no local ou regionalmente, e capazes de cumprir as exigências do instrumento convocatório, enquadrados como Microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49 da LC nº 123/06.

SEÇÃO I - DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto a formalização de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **FUTURA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS**, pelo período de **12 meses**, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e demais anexos.

Os materiais deverão ser de boa qualidade, garantindo o seu pleno uso e a substituição dos itens que não atenderem as exigências.

A licitação será dividida em **LOTES**, conforme tabela constante no Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

SEÇÃO II - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O SANEAR não se obriga a adquirir os materiais provenientes da ata de registro de preços, motivo pelo qual, não há necessidade de adequação orçamentária para a assinatura da Ata de Registro de Preços. Os recursos orçamentários serão confirmadas a cada pedido, conforme demanda, com a emissão de nota de empenho.

Se eventualmente for assinado contrato, As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Saneat, devendo, ainda, considerar a adequação/compatibilidade com a **lei orçamentária anual ou o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, conforme o caso, antes da assinatura do referido contrato.**

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1745200381.054 ELEMENTO DE DESPESA 44905200000.
(FICHA 25 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - LIMPEZA URBANA)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1745200382.172 ELEMENTO DE DESPESA 3390300000.
(FICHA 38 – MATERIAL DE CONSUMO - LIMPEZA URBANA)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1745200382.173 ELEMENTO DE DESPESA 3390300000.
(FICHA 51 – MATERIAL DE CONSUMO - CETREU)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1751200361.052 ELEMENTO DE DESPESA 44905200000.
(FICHA 58 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - ÁGUA)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1751200362.170 ELEMENTO DE DESPESA 3390300000.
(FICHA 66 – MATERIAL DE CONSUMO - ÁGUA)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1751200372.171 ELEMENTO DE DESPESA 3390300000.
(FICHA 81 – MATERIAL DE CONSUMO - ESGOTO)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1854100392.175 ELEMENTO DE DESPESA 3390300000
(FICHA 95 – MATERIAL DE CONSUMO - ÁREAS VERDES) .

SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Poderão participar deste Pregão as interessadas com objeto compatível ao licitado e que estejam cadastrados no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

Para ter acesso ao sistema eletrônico do portal de compras públicas, os interessados em participar deste **Pregão**, deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando- se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao ÓRGÃO LICITANTE responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

Não poderão participar deste Pregão:

Empresa que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitado de licitar ou contratar com o SANEAR em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n. 8.429/1992;

O impedimento de que trata esta Subcondição será também aplicado à **licitante** que atue em substituição a outra empresa, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da **licitante**.

Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do SANEAR ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

Empresas controladores, controlados ou coligados, nos termos da Lei n. 6.404/1976 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>, concorrendo entre si;

Empresa que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

Empresa que se encontre em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

Sociedade Cooperativa;

O **Agente de Contratação** verificará eventual descumprimento das vedações elencadas mediante consulta ao:

Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>>.

SEÇÃO IV - DOS ÓRGÃOS: GERENCIADOR, PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE.

O órgão gerenciador será o **SANEAR- SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL**.

Poderá utilizar-se da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP**, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas estabelecidas no Decreto nº 28.906, de 21 de Fevereiro de 2024 e na Lei nº 14.133/2021;

Caberá ao fornecedor beneficiário da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP**, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do objeto, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

As contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50%** (cinquenta por cento) dos quantitativos deste ato convocatório e registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP; não podendo exceder na sua totalidade ao dobro do quantitativo de cada item e/ou lote registrado na ARP para o órgão gerenciador e/ou órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme Seção VI, art. 71, do Decreto nº 28.906, de 21 de fevereiro de 2024.

A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar licitação para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala, conforme art. 86 da Lei 14.133/2021.

Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que o Decreto Municipal nº 28.906, de 21 de fevereiro de 2024, abrandou tal exigência, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal:

Art. 66: A intenção de registro de preços poderá ser dispensada, mediante justificativa do órgão ou entidade demandante.

Assim, vislumbra-se que, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades públicas, conforme art. 86 da Lei 14.133/2021, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada.

No caso do SANEAR, optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, levando esta instituição a qualidade de órgão gerenciador.

SEÇÃO V - DA PROPOSTA

A licitante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor unitário ofertado para o item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

A licitante deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:

Cumprir plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;

Não empregar menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

Para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Ao apresentar proposta, fica subentendido que a licitante:

Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

Sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sessão de abertura deste Pregão.

A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, estar enquadrado como ME/EPP/COOP conforme lei complementar 123/2006, cujos termos declara conhecer na íntegra.

A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar, alterar ou substituir a proposta cadastrada.

As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do instrumento contratual, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

SEÇÃO VI - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Agente de Contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VII - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.

Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexecutível.

Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [portaldecompraspublicas.com.br](https://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Neste Pregão o modo de disputa adotado é o aberto.

A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **R\$ 0,10 (dez centavos de real)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

Preenchido o requisito definido nesta subcondição, caso o Agente de Contratação decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.

Ocorrendo o reinício previsto nesta subcondição, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

Encerrada essa etapa, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

SEÇÃO VIII - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006;

Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

SEÇÃO IX - DA NEGOCIAÇÃO

Definido o resultado do julgamento, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta da primeira colocada não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

SEÇÃO X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

A licitante mais bem classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, no prazo de 02(horas) horas, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.

A prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação; ou de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do SANEAR ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

Será desclassificada a propostas que:

Contiver vícios insanáveis;
Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;
Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Agente da Contratação;
Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável;

Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação.

A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

SEÇÃO XI - DA HABILITAÇÃO

Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da **licitante** cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

Para fins de QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, deverão ser apresentados:

Empresa Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16/2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização para funcionamento, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro;

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

Para fins de QUALIFICAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, deverão ser apresentados:

Inscrição no **CNPJ** - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União - **Certidão Conjunta** PGFN e RFB;

Prova de regularidade perante a **Fazenda Estadual** sede da Licitante;

Prova de regularidade perante a **Fazenda Municipal** da Sede da Licitante;

Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**;

Prova de Regularidade perante a **Justiça do Trabalho** (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

Para fins de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, deverão ser apresentados:

Balanco Patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**;

Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

Os documentos exigidos na Condição anterior deverão comprovar:

Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

Nos termos do art. 3º do Decreto n. 8.538/2015, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social e, por conseguinte, a comprovação de que trata esta Condição.

Os indicadores previstos serão calculados por exercício, de forma que serão verificados 2 (dois) conjuntos de indicadores, 1 (um) para cada exercício social a que se referirem as demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis exigidas limitar-se-ão ao último exercício no caso de a **licitante** ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Prova do Capital Social registrado, na forma da Lei, arquivada no órgão competente ou Patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do serviço, até a data de entrega dos envelopes, podendo ser comprovado sob a forma de quaisquer das modalidades a seguir:

Ultimo instrumento de alteração contratual ou estatutário, devidamente registrado no órgão competente e/ou; -Cópia do balanço patrimonial do ultimo exercício, devidamente registrado no órgão competente.

CASO NÃO SEJA APRESENTADO OS INDICES DE LIQUIDEZ CONFORME ACIMA, DEVERÁ SER COMPROVADA A BOA SAUDE FINANCEIRA, ATRAVES DO PATRIMONIO MINIMO, CAPITAL MINIMO OU GARANTIA CONTRATUAL.

Para fins de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, deverão ser apresentados:

Comprovação de aptidão da licitante (pessoa jurídica) para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de uma ou mais certidões ou um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado;

A certidão ou Atestado de Capacidade Técnica deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica emitente, constando endereço, CNPJ, endereço eletrônico, e identificação do nome e cargo do signatário;

Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o **art. 64, da Lei 14.133/21.**

O Agente de Contratação poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação.

Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de Licitação do SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL- SANEAR, Rua Benjamin Costa, 105, Bairro Marista, Colatina-ES, CEP 29.707- 130.

Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

As exigências a serem comprovadas por documentação emitida em língua estrangeira serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

Para fins de assinatura do contrato, os documentos emitidos em língua estrangeira serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério do SANEAR, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à assinatura da ata de registro de preços e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Agente de Contratação convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Na análise dos documentos de habilitação, o **Agente de Contratação** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

SEÇÃO XIII - DO RECURSO

Qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de lavratura da ata do pregão.

As demais licitantes ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.

Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

SEÇÃO XIV - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A adjudicação e homologação deste Pregão competem à Diretoria Geral do SANEAR.

SEÇÃO XV - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O registro de preços se iniciará com a assinatura da ata de registro de preços;

Após isso, a Comissão de Fiscalização de Contrato designará o Fiscal da Ata de Registro de Preços;

O fiscal da ata é que fará a solicitação das quantidades necessárias, considerando a demanda dos setores envolvidos, o que será formalizado por meio do envio de Autorização de Fornecimento à contratada;

Após a confirmação do recebimento, a contratada terá o prazo de **30 (trinta) dias** corridos para efetuar a

entrega dos materiais;

No momento da entrega será feito o recebimento provisório nos termos do item 3.3.1 deste Termo de Referência. O fiscal terá o prazo de 05 (Cinco) dias úteis para fazer o recebimento definitivo do material conforme Termo de referência (anexo do Edital).

Todas as quantidades deverão ser acompanhadas pela contratada e contratante.

O processo de pagamento será iniciado no início de cada mês e será relativo a todos os materiais entregues no mês anterior, conforme medição;

A ata poderá ser prorrogada, conforme critérios estabelecidos neste termo de referência;

A qualquer momento, antes de findada a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá optar por utilizar o saldo remanescente para a assinatura de um contrato de fornecimento:

SEÇÃO XVI - DAS SANÇÕES

A prática de atos ilícitos sujeita o Contratado à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021:

Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;

a.1. a multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao contratado que descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas;

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações previstas nos incisos do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021;

As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem acima.

As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Diretor Geral do SANEAR.

A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Diretor Geral do SANEAR.

A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:

a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;

- b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;
- c) primeiro dia após a publicação da notificação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo;
- No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

A multa moratória também poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

A multa inadimplida poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.

A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

SEÇÃO XVII - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico do portal de compras públicas.

Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Agente de Contratação até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico do portal de compras públicas.

As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

SEÇÃO XVIII - DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

O SANEAR será o órgão gerenciador da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** de que trata este Edital.

Homologado o resultado da licitação, o SETOR DE CONTRATOS, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela empresa licitante convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

No caso de a empresa licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a **ATA DE**

REGISTRO DE PREÇOS – ARP, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocada outra empresa licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata/Contrato.

Quando a empresa licitante vencedora não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste Edital, ou recusar-se a assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP**, poderá ser convidada outra empresa licitante pelo Pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP**.

A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP** será assinada pelo (a) titular do SANEAR, órgão gerenciador do Registro de Preços e pelo representante do fornecedor legalmente credenciado e identificado.

As condições de execução constam do Edital, da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP**, e todos os anexos do edital, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

Os preços registrados na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP** serão aqueles ofertados nas propostas de preços da(s) empresa licitante(s) vencedora(s), bem como será incluído na respectiva ata o registro das empresas licitantes que aceitarem cotar o produto/serviço com preços iguais ao da empresa licitante vencedora, na sequência da classificação do certame ou a informação expressa de que não houve empresa licitante que aceitasse cotar o produto com preços iguais à da empresa licitante vencedora.

Na hipótese de ausência de empresa licitante que aceite cotar as condições previstas nesta cláusula, o Pregoeiro fará constar tal informação na Ata e/ou Relatório da Sessão Pública do Pregão.

A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP** uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração afirmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal 14.133/2021, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP**, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, na condição de órgão interessado, mediante consulta prévia ao Órgão Gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor.

Os órgãos interessados, quando desejarem fazer uso da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ARP**, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, o qual indicará o fornecedor e o preço a ser praticado, obedecida a ordem de classificação.

As contratações decorrentes da utilização da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP** de que trata este subitem, ou seja, das adesões, não poderão exceder, por órgão ou entidade interessada a **50%** (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens constantes no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preço para o órgão gerenciador e órgãos participantes na forma em que estabelece a Lei 14.133/2021.

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preço não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão interessado deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

O detentor de preços registrados terá o seu registro cancelado quando:

Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

Não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado;

For declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração Pública;

Ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

O SETOR DE CONTRATOS providenciará a publicação do extrato da **ATA DO REGISTRO DE PREÇOS** no Diário Oficial do Município e através de meio eletrônico.

As quantidades previstas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se ao SANEAR, através da entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

A Ata vigorará por **12 (doze) meses**, a contar do ato de sua assinatura, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses se atendidos os requisitos da Lei 14.133/21.

DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO, DA ENTREGA, DO LOCAL, DO RECEBIMENTO E DA GARANTIA

Conforme mencionado no Termo de Referência anexo do Edital.

DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA ATA E CONTRATO

Conforme mencionado no Termo de Referência anexo do Edital.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência e oportunidade devidamente justificada, e deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

A tolerância do SANEAR com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Contratado não importará de forma alguma em alteração ou novação.

As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou

por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação ou pela autoridade a ele superior, em conformidade com a legislação aplicável.

A participação do licitante neste procedimento licitatório implica em aceitação de todos os termos deste Edital e Anexos.

O Licitante/Contratado/Fornecedor/Conveniado fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

O Contratado fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, nos sites: Portal de Compras Publica, SANEAR e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será a cidade de Colatina.

SEÇÃO XIX - DOS ANEXOS

São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Proposta de Preço;

Anexo III - Minuta da ATA

Anexo IV - Minuta da Contrato

Colatina - ES, XXXXXXXXX de XXXXXXXX de 2024.

Diretor Geral do SANEAR

Rua Benjamin Costa, 105 – Bairro Marista – Colatina/ES – CEP 29707-130

Telefax: (27) 2102-4300 / 0800 28 39 733 - E-mail: sanear@sanear.es.gov.br

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
Local/ Setor:

ALMOXARIFADO

I – OBJETO
1.1 Descrição Genérica do Objeto

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E OUTROS MATERIAIS CORRELATOS.

1.2 Especificação e Detalhamento dos Itens

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANTID. MÍNIMA	QUANTID. MÁXIMA
LOTE 1				
1	ANTI FERRUGEM ROST OFF C/ 300ML ROST – LUBRIFICANTE E DESENGRIPANTE COM AÇÃO ANTICORROSIVA – AEROSOL	UN	15	150
2	CADEADO EM LATÃO CORPO MACIÇO 20MM - COM HASTE EM AÇO INOX	UN	5	50
3	CADEADO EM LATÃO CORPO MACIÇO 32MM - COM HASTE EM AÇO INOX	UN	5	50
4	CADEADO EM LATÃO CORPO MACIÇO 40MM - COM HASTE EM AÇO INOX	UN	5	50
5	CADEADO EM LATÃO CORPO MACIÇO 60MM - COM HASTE EM AÇO INOX	UN	3	30
6	CADEADO UNIVERSAL 20MM	UN	2	20
7	CADEADO UNIVERSAL 30MM - EM LATÃO MACIÇO; HASTE DE AÇO CEMENTADA E CROMADA; 2 CHAVES DE LATÃO NIQUELADAS; POSSUI DUPLA TRAVA; CILINDRO DE LATÃO TREFILADO; MOLA EM AÇO INOXIDÁVEL; ORIFÍCIO DE DESCARGA DE ÁGUA; DISCO DE SEGURANÇA ANTI-GAZUA;	UN	2	20
8	CADEADO UNIVERSAL 40MM - EM LATÃO MACIÇO; HASTE DE AÇO CEMENTADA E CROMADA; 2 CHAVES DE LATÃO NIQUELADAS; POSSUI DUPLA TRAVA; CILINDRO DE LATÃO TREFILADO; MOLA EM AÇO INOXIDÁVEL; ORIFÍCIO DE DESCARGA DE ÁGUA; DISCO DE SEGURANÇA ANTI-GAZUA;	UN	15	150

9	CONE DE SINALIZAÇÃO 75 CM BORRACHA LARANJA E BRANCO COM FAIXAS REFLEXIVAS- EM PVC FLEXÍVEL. PERMITE SER DOBRADO AO MEIO SEM PREJUÍZO AO SEU FORMATO ORIGINAL. PARA MELHOR SUSTENTAÇÃO E ESCOAMENTO DA ÁGUA, EM SUA BASE POSSUI 8 SAPATAS (PÉS DE APOIO). NO TOPO CONTA COM ORIFÍCIO PARA ENCAIXE DO "PORTA-TUDO" E DUAS ABERTURAS LATERAIS NA PARTE SUPERIOR PARA O USO DE FITA ZEBRADA, CORDA OU CORRENTE. POSSUI DUAS FAIXAS REFLETIVAS TIPO COLMÉIA NA COR BRANCA, CONFORME NORMA ABNT NBR 14.664, NAS CORES BRANCA, COM RETORREFLETÂNCIA DE 250 CANDELAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE NO CONE.	UN	37	362
10	CORRENTE SOLDADA ZINCADA 6MM 1KG DIÂMETRO: 6 MM (15/64") / DIMENSÕES ELOS AXB: 22 X 40 MM / RESISTÊNCIA TRABALHO: 500 KGF / RESISTÊNCIA RUPTURA: 2000 KGF / MATERIAL: AÇO ZINCADO.	KG	2	20
11	FITA DE AÇO DIMENSÕES 3/4" X 0,5 X 25 MTS - MATERIAL: AÇO INOX 430. COM COMPRIMENTO DE 25 METROS E ESPESSURA DE 0,5MM.	RL	25	250
12	TRENA COM 5 METROS - FABRICADA COM CAIXA PLÁSTICA RESISTENTE. POSSUI ESCALA MILIMÉTRICA E DUAS CLASSES DE PRECISÃO. INCLUSO PRESILHA PARA CINTO.	UN	6	52
13	TRENA LINEAR EM AÇO TEMPERADO 10M - FITA EM AÇO TEMPERADO, COM TRAVA PARA FIXAR A FITA MÉTRICA. GRADUAÇÃO EM MILÍMETROS E POLEGADAS. CORPO EM PLÁSTICO ABS COM PRESILHA	UN	6	54
14	TRENA MÉTRICA 5MT DE BAMBÚ DOBRÁVEL - LARGURA DA FITA: 1.5 CM. CORPO DE MADEIRA NATURAL; GRADUAÇÃO EM MILÍMETROS E POLEGADAS EM AMBOS OS LADOS.	UN	3	21
15	PAPEL SEMI KRAFT BOBINA 80GR COM 60CMX150M PESA EM TORNO DE 7KILOS, MATERIAL: PAPELÃO (PAPEL RECICLADO FABRICADO À BASE DE APARAS DE PRIMEIRA LINHA DE PAPEL KRAFT).	RL	1	1
16	DISCO CORTE - DE DIAMANTE; PARA ASFALTO - DIÂMETRO DO DISCO: 14" (350MM); DIÂMETRO DO FURO: 1" (25MM); ALTURA SEGMENTO 10MM	UN	1	5
17	DISCO CORTE P/ MADEIRA 110MM ESPES.: 1,2MM, DIAM. DO FURO DO DISCO DE 20MM, C/ BORDA SEGMENTADA COM REVESTIMENTO DE CARBONETO DE TUNGSTÊNIO (TIPO SERRINHA)	UN	3	25
18	DISCO DE CORTE 115MM - EXTRA FINO. DIMENSÕES 115MM X 1,0MM X 22,2MM / 4 1/2" X 1/25" X 7/8"	UN	20	200
19	DISCO DIAMANTADO SEGMENTADO CORTE ASFALTO E CONCRETO Ø 350 X 25.4/20 (14") / VN80. MÁXIMO DE ROTAÇÃO: 5.500RPM. REFRIGERAÇÃO A SECO, POSSUINDO 23 SEGMENTOS COM ALTURA DE 10MM. INDICADO PARA CORTE EM: CONCRETO, ASFALTO, GRANITO, MÁRMORE, TIJOLO, TELHA, MATERIAIS ABRASIVOS, ENTRE OUTROS.	UN	3	25

20	DISCO DE CORTE 12" X 1/8" X 1 - VP= 80M/S - DIMENSÕES: 304,8MM X 3,2MM X 25,4MM. COM EIXO REFORÇADO COM ANEL METÁLICO; COM DUAS TELAS DE REFORÇO; CORTE EM AÇO E METAIS FERROSOS.	UN	15	150
21	DISCO DE DESBASTE 115MM 4 1/2" X 3/16" X 7/8" - VP= 80M/S - DIMENSÕES: 114,3MM X 4,8MM X 22,2MM. INDICADO PARA TRABALHOS EM AÇO	UN	10	130
22	DISCO DE DESBASTE 7" X 1/4" X 7/8" - DIMENSÕES: 177,8MM X 6,4MM X 22,2MM. PRODUZIDO COM GRÃOS ABRASIVOS DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO DE ALTA QUALIDADE; POSSUI TELAS DE FIBRAS DE VIDRO FEITAS COM PRECISÃO E SIMETRIA; INDICADO PARA DESBASTE DE METAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS.	UN	10	140
23	DISCO DE SERRA CIRCULAR 300MM X 72 DENTES - CORPO EM AÇO CARBONO COM DENTES DE METAL DURO/VÍDEA. INDICADA PARA CORTAR MADEIRAS. 12" (300MM) X 30MM;	UN	1	5
24	DISCO DE SERRA CIRCULAR 300MM X 96 DENTES - INDICADA PARA CORTAR MADEIRAS; DISCO EM AÇO POSSUINDO LÂMINA COM PONTA DE WIDEA. FURO: 30MM.	UN	1	5
25	DISCO DIAMANTADO DE 4 POLEGADAS - TURBO SECO REFRIGERADO, INDICADO PARA CONCRETO, ALVENARIA, TIJOLO, GRANITO; 110MM X 20MM	UN	3	30
26	DISCO DIAMANTADO LISO 9" - DIMENSÕES: 230 X 22,23MM TURBO - 6650RPM; INDICADO PARA MÁRMORES, GRANITOS, PEDRAS DECORATIVAS, ALVENARIA.	UN	1	3
27	DISCO FLAP 115MM G 60 C/ FIBRA - DIMENSÕES: DISCO: 4 1/2" (115MM); FURO: 7/8" (22,23,MM); COSTADO: FIBRA DE VIDRO COM ROTAÇÃO MÁXIMA (RPM): 13.300.	UN	15	250
28	ELETRODO 3,25MM - COM COMPRIMENTO DE 350 MM, DIÂMETRO: 3,25 MM; CLASSIFICAÇÃO: E6013; CAIXA COM 5 KG; ELETRODO DE RUTÍLICO DE REVESTIMENTO FINO, UTILIZADO PARA SOLDA. (VARETA).	CX	10	100
29	ELETRODO 2,5MM REVESTIDO DE AZUL PARA SOLDA 2.50MM - COM COMPRIMENTO DE 350 MM, DIÂMETRO DE 2.5 MM. CAIXA COM PESO DE 5 KG TIPO: E6013 (VARETA).	CX	2	25
30	ESCOVA DE AÇO ROT. 6 X 12 ONDULADA - ESPESSURA POR FIO DE 0,3; CIRCULAR E ONDULADO EM AÇO CARBONO. 150MM X 22,2MM.	UN	3	22
31	ARRUELA LISA 1/4" EM FERRO GALVANIZADO	UN	8	80
32	PORCA SEXTAVADA 1/4" EM FERRO GALVANIZADO	UN	8	80
33	REBOLO RETO - 152,4MM X 19MM X 31,8MM. PRODUZIDOS EM ÓXIDO DE ALUMÍNIO BRANCO	UN	1	10
34	SERRA WIDIA Nº 4 3/8 X 24 DENTES - INDICADA PARA CORTE DE MADEIRA. SERRA CIRCULAR DE WIDEA 110MM	UN	1	10

35	MANDRIL ½" 13MM (COM CHAVE) PARA FURADEIRA	UN	2	2
36	LAMINA DE SERRA DE AÇO RAPIDO MANUAL BI-METAL UNIQUE SEMI-RÍGIDA, INQUEBRÁVEL DURANTE O USO E À PROVA DE ESTILHAÇAMENTO, TENDO EM MÉDIA CERCA DE 30CM CORTES MAIS SUAVES DEVIDO ÀS MÚLTIPLAS ARESTAS DE CORTE,	UN	150	1500
37	LÂMINA SERRA TICO TICO PARA CORTES RETOS EM MADEIRA DE 5 A 50MM OS SEUS DENTES LATERAIS AFIADOS PERMITEM RESULTADOS RÁPIDOS. A LÂMINA EM AÇO CARBONO (HCS) É IDEAL PARA MADEIRA MACIA E MATERIAIS DE MADEIRA NÃO ABRASIVOS. ALÉM DISSO, O SEU PASSO DOS DENTES PROGRESSIVO FINO (4-5,2 MM) PERMITE QUE A LÂMINA CORTE UMA VARIEDADE DE MATERIAIS EM MADEIRA COM 5-50 MM DE ESPESSURA. PARA UTILIZAR COM SERRAS TICO TICO COMPATÍVEIS COM ENCAIXE EM T.	UN	2	15
38	LÂMINA SERRA TICO TICO PARA CORTES CURVOS EM MADEIRA 5 A 50MM OS SEUS DENTES LATERAIS AFIADOS EFETUAM CORTES RÁPIDOS E A LARGURA DA SUA LÂMINA ESTREITA ESTÁ OTIMIZADA PARA CORTES CURVOS. A LÂMINA EM AÇO CARBONO (HCS) É IDEAL PARA MADEIRA MACIA E MATERIAIS DE MADEIRA NÃO ABRASIVOS. ALÉM DISSO, O SEU PASSO DOS DENTES PROGRESSIVO FINO (4-5,2 MM) PERMITE QUE A LÂMINA CORTE UMA VARIEDADE DE MATERIAIS EM MADEIRA COM 5-50 MM DE ESPESSURA. PARA UTILIZAR COM SERRAS TICO TICO COMPATÍVEIS COM ENCAIXE EM T.	UN	2	15
39	LÂMINA SERRA TICO TICO PARA CORTES RETOS EM MADEIRA ATÉ 100MM OS SEUS DENTES LATERAIS AFIADOS EFETUAM CORTES RÁPIDOS. A LÂMINA EM AÇO CARBONO (HCS) É IDEAL PARA MADEIRA MACIA E MATERIAIS DE MADEIRA NÃO ABRASIVOS. ALÉM DISSO, O SEU PASSO DOS DENTES GRANDE (4 MM) E COMPRIMENTO LONGO (152 MM) CORTAM MATERIAL DE MADEIRA COM ESPESSURAS ATÉ 100 MM. PARA UTILIZAR COM SERRAS TICO TICO COMPATÍVEIS COM ENCAIXE EM T.	UN	2	15
40	LÂMINA SERRA TICO TICO PARA CORTES CURVOS EM METAL ATÉ 6MM OS SEUS DENTES ONDULADOS FRESADOS SÃO IDEAIS PARA CORTES DIRETAMENTE NO MATERIAL. O MATERIAL DA LÂMINA EM AÇO RÁPIDO ENDURECIDO (HSS) DE ALTA QUALIDADE PERMITE O CORTE DE CHAPAS METÁLICAS NÃO PERFURADAS, DE DUREZA COMUN. ALÉM DISSO, O PASSO DOS DENTES FINO DA LÂMINA (1,9-2,3 MM) CORTA DIVERSAS CHAPAS METÁLICAS DE ESPESSURA MÉDIA COM 2,5-6 MM. PARA UTILIZAR COM SERRAS TICO TICO COMPATÍVEIS COM ENCAIXE EM T.	UN	1	5

41	LÂMINA SERRA TICO TICO PARA CORTES RETOS EM METAL DE ATÉ 1,5MM OS SEUS DENTES ONDULADOS FRESADOS SÃO IDEAIS PARA CORTES DIRETAMENTE NO MATERIAL. O MATERIAL DA LÂMINA EM AÇO RÁPIDO ENDURECIDO (HSS) DE ALTA QUALIDADE PERMITE O CORTE DE CHAPAS METÁLICAS NÃO PERFURADAS, DE DUREZA COMUM. ALÉM DISSO, O PASSO DOS DENTES MUITO FINO DA LÂMINA (0,7 MM) CORTA CHAPAS METÁLICAS SÓLIDAS MUITO FINAS COM 0,5-1,5 MM DE ESPESSURA. PARA UTILIZAR COM SERRAS TICO TICO COMPATÍVEIS COM ENCAIXE EM T.	UN	1	5
42	LÂMINA SERRA TICO TICO PARA CORTES RETOS EM METAL 3MM OS SEUS DENTES ONDULADOS FRESADOS SÃO IDEAIS PARA CORTES DIRETAMENTE NO MATERIAL. O MATERIAL DA LÂMINA EM AÇO RÁPIDO ENDURECIDO (HSS) DE ALTA QUALIDADE PERMITE O CORTE DE CHAPAS METÁLICAS NÃO PERFURADAS, DE DUREZA COMUM. ALÉM DISSO, O PASSO DOS DENTES PROGRESSIVO MUITO FINO DA LÂMINA (1,1-1,5 MM) CORTA CHAPAS METÁLICAS SÓLIDAS MUITO FINAS COM 1-3 MM DE ESPESSURA. PARA UTILIZAR COM SERRAS TICO TICO COMPATÍVEIS COM ENCAIXE EM T.	UN	1	5
43	ALICATE BICO MEIA CANA RETO 6 POLEGADAS COM O CORPO FORJADO EM AÇO ESPECIAL E TEMPERADO. CABO EM FORMATO ERGONÔMICO E ISOLAÇÃO ELÉTRICA DE 1000V, TÊMPERA ESPECIAL NO GUME DE CORTE E MANDÍBULA, COM ESPAÇO PARA CORTE DE ARAMES E PARTE SERRILHADA PARA SEGURAR OBJETOS COM FIRMEZA, BICO LONGO E PONTA FINA, COM PELO MENOS 15CM DE COMPRIMENTO TOTAL EM CONFORMIDADE COM A NR10	UN	1	5
44	ALICATE BOMBA D'ÁGUA DE 10" ↑ - BLOQUEIO EM AÇO CROMO VANÁDIO, CABO COM PROTEÇÃO EMBORRACHADA. MANDÍBULAS EM V SOB MEDIDA COM DENTES QUE AGARRAM FACILMENTE ÀS MAIS DIVERSAS SUPERFÍCIES, BOTÃO DE AJUSTE RÁPIDO E SISTEMA MULTIFUNCIONAL COM 16 NÍVEIS DE ENCAIXES PRECISOS.	UN	25	250
45	ALICATE BOMBA D'ÁGUA DE 12" ↑ - BLOQUEIO EM AÇO CROMO VANÁDIO, CABO COM PROTEÇÃO EMBORRACHADA. MANDÍBULAS EM V SOB MEDIDA COM DENTES QUE AGARRAM FACILMENTE ÀS MAIS DIVERSAS SUPERFÍCIES, BOTÃO DE AJUSTE RÁPIDO E SISTEMA MULTIFUNCIONAL COM 16 NÍVEIS DE ENCAIXES PRECISOS.	UN	10	100
46	ALICATE DE PRESSÃO 10" - FERRAMENTA EM AÇO CROMO VANÁDIO COM ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, COM FORMATO CURVO INFERIOR E RETO SUPERIOR; CONTA COM UM GATILHO DE LIBERAÇÃO RÁPIDA; MEDIDA TOTAL: 10" (224MM) ABERTURA MÁXIMA DA BOCA 1 1/8" (28MM).	UN	2	12

47	ALICATE UNIVERSAL 8" - PRODUTO EM CONFORMIDADE COM A NBR 9699 E NR 10 - 203MM, FORJADA E TEMPERADA EM AÇO CARBONO; CABOS ERGONÔMICOS COM ISOLAMENTO 1000V; CABEÇA E ARTICULAÇÃO LIXADAS, ACABAMENTO POLIDO. APLICAÇÕES EM CORTES DE FIOS, ARAMES E MATERIAIS DE COBRE, BRONZE, ALUMÍNIO, LATÃO, PLÁSTICO, AÇO COMUM E TEMPERADO, APREENSÃO DE MODO FIRME SUPERFÍCIES CHATAS, OVAIS, QUADRADAS, CILÍNDRICAS, SEXTAVADAS, OITAVADAS OU POLIGONAIS	UN	2	20
48	ARCO DE SERRA ALTA TENSÃO 12" (30CM) COM LÂMINA AJUSTÁVEL A 55° E 90°; CABO DE ALUMÍNIO RESISTENTE. DESENHADO PARA ALTA-TENSÃO 275 LB. (125KG). PUNHO DE BORRACHA NO ARCO PERMITINDO MELHOR AGARRE E COMODIDADE NO TRABALHO. SUSTENTA A LÂMINA A UMA TENSÃO DE ATÉ 28.000 PSI. CAPAZ DE REALIZAR CORTES COM PROFUNDIDADE ACIMA DE 108MM. SÃO DESENVOLVIDOS EM AÇO ESPECIAL E OFERECEM RESISTÊNCIA E AO MESMO TEMPO LEVEZA. RESISTÊNCIA TUBULAR E APOIO FRONTAL, E CABO EM LIGA DE ALUMÍNIO E ACABAMENTO EMBORRACHADO.	UN	21	205
49	CHAVE DE GRIFO 10" – 250MM COM CAPACIDADE DE ABERTURA DE 35MM, CILINDRO DE FÁCIL REGULAGEM. MATERIAL: LIGA DE AÇO COM CABO EMBORRACHADO. TEM FORTES E AFIADOS ENTALHES EM AÇO NA MANDÍBULA. ENGRENAGEM HELICOIDAL E ESPONJAS LARGAS	UN	7	71
50	CHAVE DE GRIFO 12" - 300MM COM CILINDRO DE FÁCIL REGULAGEM E CAPACIDADE DE ABERTURA DE 45 MM. MATERIAL: LIGA DE AÇO COM CABO EMBORRACHADO. TEM FORTES E AFIADOS ENTALHES EM AÇO NA MANDÍBULA. ENGRENAGEM HELICOIDAL E ESPONJAS LARGAS	UN	6	51
51	CHAVE DE GRIFO 14" - 350MM COM CILINDRO DE FÁCIL REGULAGEM. MATERIAL: LIGA DE AÇO COM CABO EMBORRACHADO. TEM FORTES E AFIADOS ENTALHES EM AÇO NA MANDÍBULA. ENGRENAGEM HELICOIDAL E ESPONJAS LARGAS.	UN	1	8
52	CHAVE INGLESA AJUSTAVEL COM CABO EMBORRACHADO 8 POL. CONTA COM MANDÍBULA GRADUADA E AJUSTE RÁPIDO, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, COM ÓTIMO ACABAMENTO COM CABEÇA POLIDA, CABO EMBORRACHADO COM ISOLAÇÃO ELÉTRICA DE 1.000 V C. A. ABERTURA MÁXIMA DA BOCA: 23MM	UN	1	6
53	COLHER DE PEDREIRO 9"- EM AÇO CARBONO, CANTO REDONDO COM CABO DE MADEIRA.	UN	1	10
54	COLHER DE PEDREIRO, MEDINDO 7", CABO DE MADEIRA - EM AÇO CARBONO COM CANTO REDONDO.	UN	1	10
55	GROSA DE 14" COMPRIMENTO: 355MM, LARGURA 40,0MM ESPESSURA 10,0 MM – MATERIAL DE AÇO, COM ESPIGÃO LATERAIS COM PICADO SIMPLES, UMA SUPERFÍCIE COM PICADO GROSSO PARA DESBASTE E UMA SUPERFÍCIE COM PICADO MAIS FINO PARA ACABAMENTO.	UN	20	200

56	CHAVE DE FENDA 1/8X3" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
57	CHAVE DE FENDA 1/8X4" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
58	CHAVE DE FENDA 1/8X5" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
59	CHAVE DE FENDA 1/8X6" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
60	CHAVE DE FENDA 1/8X8" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
61	CHAVE DE FENDA 3/16X4" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
62	CHAVE DE FENDA 3/16X5" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
63	CHAVE DE FENDA 3/16X6" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
64	CHAVE DE FENDA 3/16X8" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
65	CHAVE DE FENDA 1/4X4" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
66	CHAVE DE FENDA 1/4X5" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
67	CHAVE DE FENDA 1/4X6" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
68	CHAVE DE FENDA 1/4X8" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
69	CHAVE DE FENDA 1/4X10" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3

70	CHAVE DE FENDA 5/16X6" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
71	CHAVE DE FENDA 5/16X8" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
72	CHAVE DE FENDA 5/16X10" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
73	CHAVE PHILLIPS 1/8X3" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
74	CHAVE PHILLIPS 1/8X5" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
75	CHAVE PHILLIPS 1/8X6" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
76	CHAVE PHILLIPS 3/16X5" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
77	CHAVE PHILLIPS 3/16X6" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
78	CHAVE PHILLIPS 3/16X8" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
79	CHAVE PHILLIPS 5/16X6" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
80	CHAVE PHILLIPS 5/16X8" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
81	CHAVE PHILLIPS 1/4X5" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
82	CHAVE PHILLIPS 1/4X6" HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	3
83	CHAVE PHILLIPS 1/4X35CM HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO NIQUELADA E CROMADA; PONTA MAGNÉTICA/IMANTADA; CABOS ERGONÔMICOS EM PVC RÍGIDO.	UN	1	5

84	KIT CHAVE ALLEN 25 PEÇAS PRODUZIDO EM AÇO CARBONO. HEXAGONA, TIPO "L" MEDIDAS: 1,0MM; 1,5MM; 2,0MM; 2,5MM; 3,0MM; 4,0MM; 4,5MM; 5,0MM; 5,5MM; 6,0MM; 7,0MM; 8,0MM; 10MM; 1/20; 1/16; 5/64; 3/32; 7/64; 1/8; 9/64; 5/32; 3/16; 7/32; 1/4; 3/8, ACOMPANHA SUPORTE PARA A ACOMODAÇÃO DAS CHAVES	KIT	1	5
85	JOGO COM 6 CHAVES PHILIPS E FENDA - MATERIAL: HASTE EM AÇO LIGA CROMO VANÁDIO NIQUELADO, INJETADA DIRETAMENTE SOB LÂMINA, PONTA IMANTADA E CABO TRANSPARENTE MOLDADO EM PVC RÍGIDO, RESISTENTE A ÁCIDOS, SOLVENTES E A IMPACTOS. POSSUI 3 CHAVES DE FENDA (1/8 X 3", 7/32 X 6" E ¼ X 6") E 3 CHAVES PHILIPS (0 X 3", 1 X 4" E 2X 5").	JG	1	7
86	JOGO CHAVE FIXA DE BOCA 12 PEÇAS 6 A 32 MM - FABRICADA EM AÇO CROMO VANÁDIO - ACABAMENTO NIQUELADO - CHAVE FIXA 6X7 MM CHAVE FIXA 8X9 MM CHAVE FIXA 10X11 MM CHAVE FIXA 12X13 MM CHAVE FIXA 14X15 MM CHAVE FIXA 16X17 MM CHAVE FIXA 18X19 MM CHAVE FIXA 20X22 MM CHAVE FIXA 21X23 MM CHAVE FIXA 24X26 MM CHAVE FIXA 25X28 MM CHAVE FIXA 27X32 MM	JG	1	3
87	JOGO DE CHAVES COMBINADAS COM 17 PEÇAS - CORPO FORJADO EM AÇO ESPECIAL E TEMPERADO - ACABAMENTO CROMADO - ABERTURA DAS BOCAS CALIBRADAS. SENDO AS MEDIDAS IGUAIS EM AMBOS OS LADOS: 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 E 22 MM.	JG	1	8
88	JOGO DE CHAVE DE ESTRIA COM 12 PEÇAS - AS CHAVES DE APERTO SÃO PRODUZIDAS EM AÇO LIGADO COM CROMO VANÁDIO. SENDO ELAS 6X7, 8X9, 10X11, 12X13, 14X15, 16X17, 18X19, 20X22, 21X23, 24X26, 25X28, 27X32MM.	JG	1	2
89	JOGO DE SERRA COPO BI METÁLICA 15 PEÇAS - LÂMINA BI METÁLICA, COM DENTES EM AÇO RÁPIDO HSS, TEMPERA TOTAL NO CORPO, DENTES TRAVADOS E BROCA PILOTO EM HSS. TILIZADA EM TRABALHOS DE PERFURAÇÃO EM CHAPAS METÁLICAS FINAS, TUBOS, PERFIS EM ALUMÍNIO, PVC E MADEIRA. CONTENDO AS SERRAS COPO: 1- 16 MM 5/18"; 1- 19 MM 3/4"; 1- 22 MM 7/8"; 1- 25 MM 1"; 1- 32 MM 1.1/4"; 1- 35 MM 1.3/8"; 1- 38 MM 1.1/2"; 1- 44 MM 1.3/4"; 1- 51 MM 2"; 1- 57 MM 2.1/4"; 1- 64 MM 2.1/2"; 1- 76 MM 3"; 1- BROCA PILOTO 1/4" X 74 MM PARA SERRA COPO COM PONTA DE METAL DURO E BI-METÁLICA 1- BROCA PILOTO COM SUPORTE 3/8" PARA SERRA COPO COM PONTA DE METAL DURO E BI-METÁLICA 1- BROCA PILOTO COM SUPORTE 7/16" PARA SERRA COPO COM PONTA DE METAL DURO E BI-METÁLICA	JG	1	2
90	JOGO DE SERRA COPO 11 PEÇAS 19 A 64MM - CORPO EM AÇO ESPECIAL COM TEMPERA TOTAL, DENTES TRAVADOS E BROCA PILOTO EM AÇO ESPECIAL. INDICADAS PARA MADEIRA, SÃO PROJETADAS COMO BICOS PARA FURADEIRA MANUAL OU ELÉTRICA.	JG	1	2

91	JOGO DE SOQUETES 1/2" – 25 PEÇAS - FABRICADOS EM AÇO CARBONO. SENDO ELAS: CATRACA; ADAPTADOR 1/2" X 3/8" ; SOQUETE PARA VELA SEXTAVADO 16 E 21MM; SOQUETE COM ENCAIXE DE ALTA PERFORMANCE SEXTAVADO 10, 11, 12, 13, 14, 15 , 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32MM. - EXTENSÃO 10"; - EXTENSÃO 5"; - JUNTA UNIVERSAL; - MALETA PLÁSTICA.	JG	1	2
92	BROCA DE AÇO RÁPIDO 4MM - HASTE CILÍNDRICA - MATERIAL CORPO DE AÇO RÁPIDO (HSS). APLICAÇÃO DA BROCA: ALUMÍNIO, AÇO, FERRO, MADEIRA, METAL.	UN	1	5
93	BROCA DE AÇO CARBONO 6MM PONTA CENTRALIZADORA. TIPO DE HASTE: PARALELA/CILÍNDRICA. TIPO DE CANAL: HELICOIDAL. TIPO DE AFIAÇÃO: NORMAL. SENTIDO DE CORTE: CORTE À DIREITA. INDICADA PARA METAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS.	UN	1	7
94	BROCA DE AÇO CARBONO 8MM PONTA CENTRALIZADORA. TIPO DE HASTE: PARALELA/CILÍNDRICA. TIPO DE CANAL: HELICOIDAL. TIPO DE AFIAÇÃO: NORMAL. SENTIDO DE CORTE: CORTE À DIREITA. INDICADA PARA METAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS.	UN	1	7
95	BROCA DE AÇO CARBONO 10MM PONTA CENTRALIZADORA. TIPO DE HASTE: PARALELA/CILÍNDRICA. TIPO DE CANAL: HELICOIDAL. TIPO DE AFIAÇÃO: NORMAL. SENTIDO DE CORTE: CORTE À DIREITA. INDICADA PARA METAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS.	UN	1	7
96	JOGO BROCAS AÇO RÁPIDO 5MM ATÉ 16MM - HASTE CILÍNDRICA - MATERIAL CORPO DE AÇO RÁPIDO (HSS). SENDO: 5MM, 6MM, 7MM, 8MM, 9MM, 10MM, 11MM, 12MM, 13MM, 14MM, 15MM E 16MM. APLICAÇÃO DA BROCA: ALUMÍNIO, AÇO, FERRO, MADEIRA, METAL.	JG	1	6
97	JOGO BROCA VIDEA PARA CONCRETO 11 PEÇAS - EM AÇO CARBONO NOS TAMANHOS: 3; 3; 4; 4; 5; 5; 6; 6; 8; 8; 10MM - DIMENSÕES DA PEÇA: 2 BROCAS: 5,9 X 0,3 X 0,3CM; 2 BROCAS: 7,4 X 0,4 X 0,4CM; 2 BROCAS: 8,4 X 0,5 X 0,5CM; 2 BROCAS: 9,9 X 0,6 X 0,6CM; 2 BROCAS: 11,9 X 0,8 X 0,8CM; 1 BROCA: 11,9 X 1 X 1CM.	JG	1	4
98	CAIXA PARA FERRAMERNTAS EM AÇO MEDINDO 50CM DE COMPRIMENTO, 21CM DE ALTURA E 20CM DE LARGURA. COM 5 GAVETAS	UN	1	5
99	LIMA CHATA 8" UN - POSSUI AMBAS AS FACES COM PICADO DUPLO E AS BORDAS COM PICADO SIMPLES	UN	30	1000
100	MARRETA 02KG C/ CABO DE MADEIRA - PRODUZIDO EM AÇO NODULAR FUNDIDO E PINTADO PARA PROTEÇÃO CONTRA FERRUGEM; CABO Prensado MECANICAMENTE E FINALIZADO COM COLA SUPER FORTE EPÓXI; CABEÇA OITAVADA.	UN	6	60
101	MARRETA DE 1 KG COM CABO DE MADEIRA - CABEÇA FORJADA E TEMPERADA EM AÇO ESPECIAL. SISTEMA DE FIXAÇÃO DA CABEÇA AO CABO POR CUNHA METÁLICA, COM ACABAMENTO JATEADO E CABEÇA ENVERNIZADA ALÉM DE OITAVADA.	UN	3	70

102	MARRETA DE 10 KG COM CABO - MATERIAL: AÇO FORJADO DE PERFIL OITAVADO, COM CABO DE MADEIRA COM ACABAMENTO ENVERNIZADO	UN	1	10
103	MARRETA DE 5 KG COM CABO -MATERIAL: AÇO FORJADO DE PERFIL OITAVADO, COM CABO DE MADEIRA COM ACABAMENTO ENVERNIZADO	UN	2	20
104	MARTELO UNHA COMUM EM AÇO 25MM - POSSUI CABEÇA POLIDA, FEITA EM AÇO FORJADO, UNHA COMUM EM AÇO COM CABO DE MADEIRA ENVERNIZADO DE 25MM	UN	26	251
105	TARRAXA DE ¾" - EM AÇO CARBONO, TIPO DA ROSCA DA TARRAXA PARA CANO DE PVC: BSP - POLEGADA ROSCA PARALELA. POSSUI PROTEÇÃO ANTIOXIDANTE E JÁ ACOMPANHA HASTE (CABO) REMOVÍVEL, PERMITINDO QUE A ROSCA SEJA REALIZADA, MESMO SE O CANO JÁ ESTIVER INSTALADO NA PAREDE	UN	10	200
106	TARRAXA 1" - EM AÇO CARBONO, TIPO DA ROSCA DA TARRAXA PARA CANO DE PVC: BSP - POLEGADA ROSCA PARALELA. POSSUI PROTEÇÃO ANTIOXIDANTE E JÁ ACOMPANHA HASTE (CABO) REMOVÍVEL, PERMITINDO QUE A ROSCA SEJA REALIZADA, MESMO SE O CANO JÁ ESTIVER INSTALADO NA PAREDE	UN	4	35
107	TARRAXA ½" - EM AÇO CARBONO, TIPO DA ROSCA DA TARRAXA PARA CANO DE PVC: BSP - POLEGADA ROSCA PARALELA. POSSUI PROTEÇÃO ANTIOXIDANTE E JÁ ACOMPANHA HASTE (CABO) REMOVÍVEL, PERMITINDO QUE A ROSCA SEJA REALIZADA, MESMO SE O CANO JÁ ESTIVER INSTALADO NA PAREDE	UN	80	800
108	TARRAXA 2" - EM AÇO CARBONO, TIPO DA ROSCA DA TARRAXA PARA CANO DE PVC: BSP - POLEGADA ROSCA PARALELA. POSSUI PROTEÇÃO ANTIOXIDANTE E JÁ ACOMPANHA HASTE (CABO) REMOVÍVEL, PERMITINDO QUE A ROSCA SEJA REALIZADA, MESMO SE O CANO JÁ ESTIVER INSTALADO NA PAREDE	UN	1	3
109	TORQUES 12" - MATERIAL: AÇO FORJADO E TEMPERADO, TIPO ARMADOR. CABEÇA ROBUSTA E CABOS LONGOS. ARTICULAÇÃO SUAVE. CAPACIDADE DE CORTE: ARAME RECOZIDO E/OU GALVANIZADO (TELAS, ALAMBRADOS, TECIDOS METÁLICOS).	UN	18	171
110	TRINCHA - BROXA RETANGULAR 18 X 7,6CM COM CABO PLÁSTICO ROSCÁVEL E REMOVÍVEL, CONECTÁVEL À PROLONGADORES. COM CERDAS EM MONOFILAMENTO BICOLOR.	UN	80	800
111	ESCOVA DE AÇO COM CORPO E CABO EM MADEIRA COM PELO MENOS 3 FILEIRAS DE CERDAS DE AÇO APENAS EM SEU CORPO. POSSUI PELO MENOS 20CM DE COMPRIMENTO E 2CM DE LARGURA	UN	2	20
112	ESCOVA DE AÇO CORPO DE MADEIRA E SEM CABO PLANA COM FORMATO CIRCULAR OU RETANGULAR, POSSUINDO PELO MENOS 5 FILEIRAS DE CERDAS. TENDO PELO MENOS 12CM DE COMPRIMENTO E 5CM DE LARGURA	UN	2	20

113	KIT CONJUNTO DE FERRAMENTAS PARA JARDINAGEM METÁLICO COM CABO DE MADEIRA 3 PEÇAS (CONTÉM 3 PEÇAS: 1 PAZINHA LARGA, 1 ANCINHO COM 3 DENTES E 1 GARFO COM 4 DENTES). AS FERRAMENTAS SÃO FABRICADAS EM AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE. - RECEBEM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ,	KIT	1	7
114	KIT CONJUNTO DE FERRAMENTAS PARA JARDINAGEM METÁLICO COM CABO DE MADEIRA 3 PEÇAS (CONTÉM 3 PEÇAS: 1 PAZINHA LARGA, 1 PAZINHA ESTREITA, 1 ANCINHO COM 3 DENTES). AS FERRAMENTAS SÃO FABRICADAS EM AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE. - RECEBEM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ,	KIT	1	7
115	TESOURA DE PODA PROFISSIONAL 8" COM TECNOLOGIA BYPASS MATERIAL: AÇO CARBONO MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA: 3CM LARGURA: 6CM PROFUNDIDADE: 21CM CABO: ENCAPADO EM PVC LARANJA. TRAVA DE SEGURANÇA PARA FECHAMENTO DAS LÂMINAS QUANDO NÃO ESTÃO EM USO, (CORTE CRUZADO)	UN	1	4
116	TESOURA PARA GRAMA COM LAMINA 12" EM AÇO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE COM CABO DE MADEIRA	UN	1	4
117	TESOURA PARA CORTAR GALHOS 700MM CABO REVESTIDO DE BORRACHA, POSSUI CORTE RETO, CABOS EM METAL COM REVESTIMENTO DUPLO, POSSUEM FORMA OVAL QUE CONFERE AOS CABOS RESISTÊNCIA ADICIONAL A FLEXÃO E MECANISMO DE ALAVANCA, QUE AUMENTA CAPACIDADE DE CORTE SEM ACRESCENTAR MAIOR ESFORÇO, INDICADA PARA CORTAR GALHOS E RAMOS DE ATÉ 30 MM DE DIÂMETRO.	UN	1	4
118	CORTADOR DE TUBOS DE PVC 64 MM MATERIAL DO CORPO EM ALUMÍNIO, LEVE E ERGONÔMICO, POSSUI ACIONAMENTO TIPO CATRACA E LÂMINA DE AÇO COM ACABAMENTO ANTIADERENTE (PTFE), FIO DE CORTE TRAPEZOIDAL FACILITANDO O CORTE E PERMITINDO CORTES PRECISOS E ALINHADOS COM EXCELENTE ACABAMENTO EM TUBOS PVC SEM DEIXAR REBARBAS, COM CAPACIDADE DE CORTE DE TUBOS DE PVC: 2.1/2 POL - 64 MM DE DIÂMETRO	UN	1	10
119	JOGO DE CHAVES CANHÃO LONGO SOQUETE PROFISSIONAL COM 7 PEÇAS POSSUI HASTES EM AÇO LIGA CROMO VANÁDIO COM ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO. CHAVE COM PERFIL DE ENCAIXE PARA PARAFUSO COM SEXTAVADO EXTERNO E CABO ERGONÔMICO. O CONJUNTO INCLUI SETE CHAVES DE DIFERENTES TAMANHOS: 5 MM, 6 MM, 8 MM, 9 MM, 10 MM, 11 MM E 13 MM .	JG	1	5
LOTE 2 -				
1	ALAVANCA DE FERRO MACIÇO 1", COM APROXIMADAMENTE 2,0M, PONTA TIPO PONTEIRO - POSSUI UMA DAS PONTAS COM TALHADEIRA PARA CORTE E NA OUTRA UM PONTEIRO PARA GOLPE (TIPO DAS PONTAS: CHATA E CÔNICA).	UN	7	70

2	ANCINHO EM FERRO COMPLETO COM CABO - CURVO COM 16 DENTES E PINTURA ELETROSTÁTICA, ACOMPANHA CABO DE MADEIRA.	UN	2	20
3	CAVADEIRA ARTICULADA, 24CM COM CABO DE FERRO - PAREDE 2MM - 1,50M DE CABO. O CABO E A LÂMINA SÃO FEITOS EM AÇO CARBONO ESPECIAL, SENDO TEMPERADA EM TODO CORPO DA PEÇA, COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, ALÉM DE POSSUIR BATENTE. LÂMINA PONTIAGUDA (PAREDE COM 2MM)	UN	2	16
4	CAVADEIRA RETA MACIÇA 1" X 1,2M - INTERIÇA EM AÇO FORJADO	UN	8	80
5	ENXADA DE 2,5 LIBRAS LARGA - PRODUZIDA EM AÇO CARBONO E CONTA COM PINTURA ELETROSTÁTICA COM CABO DE 145CM COM ACABAMENTO ENVERNIZADO. OLHO DE 38 MM DE DIÂMETRO. POSSUI SISTEMA DE ENCABAMENTO COM BUCHA PLÁSTICA	UN	31	307
6	ENXADA LARGA 1,5 L, COM CABO - PRODUZIDA EM AÇO CARBONO E CONTA COM PINTURA ELETROSTÁTICA, LÂMINA COM APROXIMADAMENTE 23CM COM CABO DE 130CM COM ACABAMENTO ENVERNIZADO. OLHO DE 38 MM DE DIÂMETRO. POSSUI SISTEMA DE ENCABAMENTO COM BUCHA PLÁSTICA - ENXADA GOIAVADA.	UN	30	600
7	FAÇÃO DE 16' LAMINA EM AÇO COM BAINHA EM AÇO CARBONO COM CABO DE PLÁSTICO	UN	12	120
8	FAÇAO 20" COM BAINHA EM AÇO CARBONO COM CABO DE PLÁSTICO	UN	10	150
9	PA DE BICO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ E FABRICADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL, COM ALTO TEOR DE CARBONO PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA, TEMPERADA EM TODO O CORPO DA PEÇA, COM CABO DE MADEIRA TIPO Y MEDINDO NO MÍNIMO 71CM DE COMPRIMENTO E EMPUNHADURA PLÁSTICA.	UN	13	130
10	PA QUADRADA COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ E FABRICADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL, COM ALTO TEOR DE CARBONO PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA, TEMPERADA EM TODO O CORPO DA PEÇA, COM CABO DE MADEIRA TIPO Y MEDINDO NO MÍNIMO 71CM DE COMPRIMENTO E EMPUNHADURA PLÁSTICA.	UN	40	555
11	PICARETA EM FERRO NODULAR. PINTURA POR IMERSÃO, PROTEGENDO OS PRODUTOS CONTRA OXIDAÇÃO. COM CABO POLIETILENO LIXADO E ENVERNIZADO.	UN	5	50
12	PICARETA COM CABO - EM AÇO CARBONO, QUE PERMITA QUE A FERRAMENTA SEJA BATIDA POSTERIORMENTE. PINTURA POR IMERSÃO, PROTEGENDO CONTRA OXIDAÇÃO. COM CABO POLIETILENO LIXADO E ENVERNIZADO.	UN	12	120
13	CABO PARA PICARETA - DE MADEIRA ROXINHO LIXADO E ENVERNIZADO	UN	10	100
14	CABO DE ENXADA EM MADEIRA TIPO ROXIM 1300MM APROXIMADAMENTE, SEM DEFEITOS, TAIS COMO: TORTUOSIDADES, RACHADURAS OU NÓS	UN	10	100

15	VASSOURA DE GRAMA - PLÁSTICO VIRGEM COM 22 DENTES FIXOS E OLHO DE 23 MM DE DIÂMETRO, ACOMPANHA CABO.	UN	40	400
16	VASSOURA REGULAVEL PARA GRAMA FOLHA EM ARAME DE AÇO, COM 22 PALHETAS, CABO EM MADEIRA, PINTURA ELETROSTÁTICA, COMPRIMENTO TOTAL 1300MM, VARIAÇÃO 10%.	UN	94	938
17	VASSOURA PARA USO DOMESTICO, CABO DE MADEIRA MEDINDO APROXIMANDAMENTE 1,20CM ROLIÇO FIXADO COM BASE DE MADEIRA E FLANDRES DE LATA, MONTADA COM CERDAS DE GARRAFAS PET RECICLAVEIS NAS CORES VERDE E TRANSPARENTE , LARGURA DAS CERDAS DE 0,4 A 0,8CM, ALTURA DAS CERDAS DE NO MINIMO 15CM E NO MAXIMO 18CM, TOTALIZANDO 20CM A 23CM COM A BASE, LARGURA DA VASSOURA DE APROXIMADAMENTE DE 30 CM COM CEPA COM APROXIMADAMENTE 15CM E 11CM NO TOPO (CONFORME DESENHO E FOTO PRESENTES NO ANEXO I).	UN	30	300
18	FOICE MEIA LUA COM CABO FABRICAÇÃO EM AÇO CARBONO AISI 5160, AMOLADA E AFIADA, TEMPERADA EM TODO O CORPO DA PEÇA, PROPORCIONANDO MENOR DESGASTE DURANTE O USO, COM ACABAMENTO COM TINTA ELETROSTÁTICA, PARA ROÇADA NORMAL, DEVE TER COMPRIMENTO ORVADO DE 10,5CM; COMPRIMENTO CORTE RETO DE 22CM; COMPRIMENTO DO CORTE DA CURVA DE 11CM; LARGURADO CORTE DA CURVA DE 7CM E ESPESSURA DE 4,5MM; A MEDIDA INTERNA DO ORVADO DEVE SER DE 32 X 30MM, TENDO COMPRIMENTO TOTAL DE 43,5CM	UN	7	62
19	SERROTE PARA PODA C/ GANCHO E CABO EXTENSÍVEL 5M LÂMINA DO SERROTE EM AÇO CARBONO FLEXÍVEL E DE ALTA DURABILIDADE. COMPRIMENTO DA LÂMINA DE 12,5" / 320 MM. PERFIL DOS DENTES PROJETADO PARA CORTAR NOS DOIS SENTIDOS DE MOVIMENTO: ASSEGURA UM CORTE LIMPO E SEM REBARBAS. FACILITA A CICATRIZAÇÃO DO GALHO. LÂMINA PERFURADA QUE REDUZ ATRITO DURANTE O CORTE. LIMITADOR DE CURSO PARA MELHOR PRECISÃO DE CORTE. GANCHO PARA CORTE DE PEQUENOS GALHOS. CABO PLÁSTICO COM REVESTIMENTO DE BORRACHA E EMPUNHADURA ERGONÔMICA. PERMITE ADAPTAÇÃO DE CABOS EXTENSORES. CABO EXTENSIVO PARA SERROTE EM ALUMÍNIO COMPRIMENTO INICIAL DE 1,80METROS E PODE SER ESTENDIDO ATÉ 5METROS COM BITOLA DE 25,5MM.	UN	3	25
LOTE 3 –				

1	<p>ESMERILHADEIRA ANGULAR 4.1/2POL. 800W - ESMERILHADEIRA ANGULAR 4.1/2POL. 800W; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: - POTÊNCIA 800W - TENSÃO 220V - DIÂMETRO DO DISCO 4 1/2" (115 MM) - ROTAÇÕES POR MINUTO 12.000 RPM - EIXO M14 - PESO 1.7 KG ; ENGRENAGENS HELICOIDAIS. POSSUI: EMPUNHADURA DE 2 POSIÇÕES - GATILHO DESLIZANTE - CAIXA DE ENGRENAGENS SUPER- COMPACTA - CABO ELÉTRICO EMBORRACHADO DE 2,5M - ERGONÔMICA E COMPACTA.</p>	UN	1	6
2	<p>ESMERILHADEIRA ANGULAR 7POL. 2200W - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TENSÃO: 110V - POTÊNCIA: 2200W - VELOCIDADE: 8500RPM - DIÂMETRO DO DISCO: 7" - DIÂMETRO DO EIXO: M14 / ACOMPANHA: 1 EMPUNHADURA LATERAL - 1 GUARDA DE PROTEÇÃO - 1 CHAVE 2 PINOS. INTERRUPTOR DE GATILHO COM TRAVA PARA USO CONTÍNUO OU GATILHO COM FUNÇÃO "HOMEM MORTO".</p>	UN	1	6
3	<p>PARAFUSADEIRA / FURADEIRA DE IMPACTO BRUSHLESS 1/2 POL. 20V COM BATERIA LÍTIO-ÍON 3AH CARREGADOR BIVOLT - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TENSÃO DA BATERIA: 20V; MANDRIL: 1/2 POL. (13MM); VELOCIDADE (RPM): 1750; TORQUE: 65NM; IMPACTOS POR MINUTO: 0-8500 / 0-29750 IPM. CAPACIDADE MAX. DE PERFURAÇÃO: ALVENARIA 13MM; AÇO: 13MM; METAL: 13MM; MADEIRA: 25MM. - CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 PARAFUSADEIRA/ FURADEIRA; 1 CARREGADOR DE BATERIA LITIO-ION BIVOLT; 1 BATERIA 3AH.</p>	UN	1	4
4	<p>FURADEIRA DE IMPACTO COM MALETA ½ 750W BIVOLT FUNÇÃO REVERSA: PERMITE QUE INVERTA O SENTIDO DE ROTAÇÃO DA FURADEIRA, OPERA EM UMA FREQUÊNCIA DE 50HZ/60HZ, COM FUNÇÃO MARTELETE, COM NUMERO DE ROTAÇÕES NOMINAIS: 3.800R.P.M. POSSUI SISTEMA ANTI- VIBRAÇÃO INCORPORADO E INCLUI LIMITADOR DE PROFUNDIDADE. COM FUNÇÃO PERCUTOR, ACOMPANHA MANDRIL DE 13MM E EMPUNHADURA AUXILIAR.INDICADA PARA METAL E MADEIRA NA FUNÇÃO SEM IMPACTO E NA FUNÇÃO IMPACTO PARA CONCRETO E ALVENARIA. POSSUI INTERRUPTOR ELETRÔNICO COM PRÉ-SELEÇÃO DE VELOCIDADE E TRAVA DE INTERRUPTOR PARA TRABALHOS CONTÍNUOS. ACOMPANHA MALETA</p>	UN	1	3

5	<p>SERRA MÁRMORE 4.7/8" 1.400 WATTS 220V EFETUA CORTES DE ATÉ 38MM DE PROFUNDIDADE. IDEAL PARA CORTES EM REVESTIMENTOS CERÂMICOS E PORCELANATOS, ALVENARIA EM GERAL, PEDRAS, TELHAS DE CERÂMICA E DE CONCRETO . DIÂMETRO DO DISCO (MM):125DIÂMETRO DO DISCO (POLEGADAS):4.7/8FONTE DE ENERGIA:ELETRICIDADEPOTÊNCIA (W):1400ROTAÇÃO MÁXIMA (RPM):12.200. CAPACIDADE DO DISCO: 105 - 125 MM X 20 MM. EIXO:Ø 20 MM CAPACIDADE MAX. 38MM. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS:CONTA AINDA AJUSTE RÁPIDO DE PROFUNDIDADE; FÁCIL ACESSO PARA TROCA DE ESCOVAS DE CARVÃO; INTERRUPTOR DE GATILHO COM TRAVA DE SEGURANÇA CONTRA ACIONAMENTO ACIDENTAL. ACOMPANHA 1 CHAVE PARA TROCA DO DISCO; 1 CHAVE HEXAGONAL 5 MM.</p>	UN	1	3
6	<p>SERRA TICO-TICO PROFISSIONAL 850W 220V FREQUÊNCIA 60 HZ, ROTAÇÃO: 800-3.000 RPM, COMPRIMENTO DO CURSO: 20 MM, ÂNGULO DE CHANFRO: 45-0-45°, FUNÇÃO PÊNDBULO: 4 ETAPAS, CONTROLE ELETRÔNICO DE VELOCIDADE, AÇÃO PENDULAR COM 4 POSIÇÕES, SISTEMA DE TROCA RÁPIDA DAS LÂMINAS, BASE AJUSTÁVEL PARA CORTE EM ÂNGULO, SISTEMA "T", PLACA-BASE EM ALUMÍNIO, FUNÇÃO SOPRO OU ASPIRAÇÃO, LUZ LED, INTERRUPTOR COM TRAVA DE SEGURANÇA, CAPACIDADE MÁXIMA DE PERFURAÇÃO EM MADEIRA: 100MM. POSSUI SISTEMA DE REDUÇÃO DE RUÍDO. POSSUI SISTEMA DE BLOQUEIO. ACOMPANHA 1 GUIA PARALELA, 1 CONECTOR PARA ASPIRADOR, 1 CHAVE HEXAGONAL</p>	UN	1	1
7	<p>ESMERILHADEIRA ANGULAR 4 - 1/2" - 6" - (115 - 150)MM - 60V MÁX ÍON DE LÍTIO MOTOR BRUSHLESS - EIXO M14 DISCO Ø 4 - 1/2" - 6" (115 - 150)MM. ACOMPANHA DUAS BATERIAS, CARREGADOR RÁPIDO, BOLSA DE TRANSPORTE, GUARDA DE PROTEÇÃO 4-1/2", GUARDA DE PROTEÇÃO 6", CINCO DISCO DE DESBASTE 4-1/2", EMPUNHADURA LATERAL, CHAVE HEXAGONAL 6MM, (2) BATERIAS FLEXVOLT® 20V/60V MAX* 6,0 AH. MARCA/MODELO REFERÊNCIA: DEWALT / DCG414T2-B2.</p>	UN	1	8
8	<p>LANTERNA DE CABEÇA COM SENSOR DE MOVIMENTO 1.070.000 LUMENS RECARREGÁVEL COM LUZ BRANCA E LUZ INFRA VERMELHO. TIPO DE LED: LED Q5. MATERIAL: ABS. FONTE DE ENERGIA: BATERIA RECARREGÁVEL. CARREGADOR: 4.2V A 5V. PADRÃO DE SEGURANÇA: IPX4 PESO MÁXIMO: 71G. INCLINAÇÃO: 60 GRAUS. MODOS DE FUNCIONAMENTO: FORTE - MÉDIO - PISCANDO / LUZ VERMELHA - LUZ VERMELHA PISCANDO(RE D LIGHT). OBS: PODE SER USADO LUZ VERMELHA E BRANCA AO MESMO TEMPO. ACOMPANHA UM CABO USB. MARCA/MODELO REFERÊNCIA: BING LANTERNAS JWS LT175-OAP</p>	UN	1	8

LOTE 4 –				
1	VARETA AÇO CROMO SILICIO 8MMX3,05MTS PARA EQUIPAMENTO DE DESOBSTRUÇÃO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO	UN	25	250
2	PONTA SETA P.11 2 ½ UTILIZADA UTILIZADA EM ENTUPIAMENTOS POR BARRO PARA EQUIPAMENTO DE DESOBSTRUÇÃO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO	UN	2	20
3	PONTA 4 LAMINAS DENTADA P. 12 2 ½ UTILIZADA EM ENTUPIAMENTOS COM MATERIAIS SOLIDIFICADOS PARA EQUIPAMENTO DE DESOBSTRUÇÃO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO	UN	2	20
4	MANIVELA MANOBRADOR M-7 PARA EQUIPAMENTO DE DESOBSTRUÇÃO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO	UN	1	3
5	CHAVE PARA DESACOPLAR ENGATES C-8 PARA EQUIPAMENTO DE DESOBSTRUÇÃO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO	UN	1	3
6	ENGATE FÊMEA EM-2 ENCAIXE “T” PARA EQUIPAMENTO DE DESOBSTRUÇÃO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO	UN	3	30
7	ENGATE MACHO EM-2 ENCAIXE “T” PARA EQUIPAMENTO DE DESOBSTRUÇÃO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO	UN	3	30
LOTE 5 –				
1	CINTA PARA ELEVAÇÃO DE CARGA, COMPRIMENTO DE 5M E CAPACIDADE PARA 3 TONELADAS MATERIAL DA CINTA: POLIÉSTER, PRODUZIDA EM MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA TENACIDADE, LARGURA DA CINTA: 90MM. CINTA PLANA DE ELEVAÇÃO DE CARGA COM OLHAIS REFORÇADOS. NORMA DE REFERÊNCIA DA CINTA: ABNT NBR 15637-1;	UN	1	5
2	CINTA DUPLA PARA ELEVAÇÃO DE CARGA DE 2 TON X 2 MTS, POSSUI FATOR DE 100% SEGURANÇA 7 VEZES MAIOR DO QUE SUA CAPACIDADE DE USO – FABRICADA EM POLIESTER DE ALTA TENACIDADE COM ALTA RESISTÊNCIA SELETIVA A SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, POSSUI OLHAIS REFORÇADOS, COR VERDE TIPO SLING, LEVE E EXTREMAMENTE FLEXÍVEL. CARGA MÁXIMA DE TRABALHO: 2TON; COMPRIMENTO TOTAL: 2 METROS; LARGURA: 60MM. NORMA ABNT NBR 15637-1:2012	UN	1	5

3	CINTA PARA AMARRAR CARGA 3TON 9MT COM CATRACA CINTA: POLIÉSTER CAPACIDADE: 3 TONELADAS GANCHO E CATRACA: AÇO BICROMATIZADO TERMINAL: GANCHO TIPO "J" LARGURA: 50MM FATOR DE SEGURANÇA: 2:1 CORES: LARANJA ATENDE AS EXIGÊNCIAS DA NORMA: EN12195-2. AMARRAÇÃO DE CARGAS EM GERAL EM CAMINHÕES, CONTAINERS, VEÍCULOS, TENDAS E PALCOS DE EVENTOS.	UN	1	5
4	CINTA PARA AMARRAR CARGA 1,5TON 9MT COM CATRACA CINTA: POLIÉSTER CAPACIDADE: 1,5 TONELADAS GANCHO E CATRACA: AÇO BICROMATIZADO TERMINAL: GANCHO TIPO "J" LARGURA: 50MM FATOR DE SEGURANÇA: 2:1 CORES: LARANJA ATENDE AS EXIGÊNCIAS DA NORMA: EN12195-2. AMARRAÇÃO DE CARGAS EM GERAL EM CAMINHÕES, CONTAINERS, VEÍCULOS, TENDAS E PALCOS DE EVENTOS.	UN	1	5
5	CATRACA MÓVEL 50MM GANCHO J UNIVERSAL FATOR DE SEGURANÇA: 2:1 SUPORTA ATÉ 3000KG. GANCHO E CATRACA: AÇO BICROMATIZADO TERMINAL: GANCHO TIPO J DIMENSÕES: 50MM DE LARGURA E 50CM DE COMPRIMENTO. ATENDE AS NORMAS: ABNT NBR 15883-1/2	UN	1	5
LOTE 6 –				
1	BATERIA LITHIUM-ION 18V - 2,5 AH 56513, PARA SER USADA EM CÂMERA DE ESGOTO SEESNAKE DA MARCA RIDGID. MARCA REFERÊNCIA: RIDGID	UN	1	5
LOTE 7 –				
1	BALDE 12 LITROS EM METAL PARA CONSTRUÇÃO CIVIL; COM PEGADOR NO FUNDO, ALÇA SUPERIOR E LATERAL; SEM TAMPA; MATERIAL: METAL COM ACABAMENTO ENVERNIZADO; CAPACIDADE: 12 LITROS; MEDIDAS: ALTURA: 24CM; DIÂMETRO: 35CM; DIÂMETRO BASE: 17CM.	UN	10	150
2	BALDE DE PLÁSTICO CONFECIONADO EM PLÁSTICO E GRADUÇÃO, SEM TAMPA, COM ALÇA EM METAL, COM PEGADOR NO FUNDO.	UN	75	750
3	REGADOR DE PLANTAS DE PLASTICO CAPACIDADE DE 5LITROS EM POLIPROPILENO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 5 LITROS.	UN	1	10
4	REGADOR DE PLANTAS DE PLASTICO CAPACIDADE DE 10LITROS EM POLIPROPILENO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 LITROS.	UN	1	10

Os quantitativos foram mensurados de forma estimativa, ficando facultado utilizá-lo no todo ou em parte de acordo com sua real necessidade, sem que caiba a empresa vencedora qualquer indenização pelos quantitativos não requisitados.

OBS: RELATÓRIO FOTOGRÁFICO E DESENHO DO ITEM 17 DO LOTE 02, CONFORME ANEXO I DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

II – PRAZO DA ATA/CONTRATO/PRORROGAÇÃO/CRITÉRIO DE REAJUSTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 82 da Lei 14.133/21.

2.1.1 A Ata será reajustada com base no índice INPC (IBGE) considerando como data-base à data do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º da Lei 14.133/21.

2.1.2 Na prorrogação da Ata poderá ser restabelecido o quantitativo inicial, conforme art. 62, do Decreto Municipal 28.906, de 21 de fevereiro de 2024.

CONTRATO DE FORNECIMENTO

2.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que estes materiais são utilizados pelos setores operacionais do SANEAR, sendo que muitos dos serviços onde estes materiais são empregados são considerados serviços essenciais, como fornecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza pública. Assim, a paralisação no fornecimento destes materiais poderia causar diversos transtornos à população, indo contra o interesse público.

2.2.2 O contrato será reajustado com base no índice INPC (IBGE) considerando como data-base à data do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º da Lei 14.133/21.

III – DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÃO DE ENTREGA DOS MATERIAIS

3.1 - O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias contados da data do pedido formal por parte da contratante

3.2 - Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado do SANEAR, sito a Av. Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Aeroporto, Colatina-ES, CEP 29.707 130, Telefone para contato: (27) 3723 7401.

FRETE CIF- com descarga por conta da firma fornecedora.

3.3 - O recebimento ocorrerá em duas etapas:

3.3.1 - Recebimento provisório: o material será recebido provisoriamente no momento da entrega, para verificação de sua conformidade com as especificações exigidas, a proposta e a amostra apresentada ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de entrega inicialmente fixado.

3.3.2 - Recebimento definitivo: no prazo de 05 dias úteis após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características do material que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

3.4 - A contratada garantirá a qualidade de cada unidade do material fornecido, obrigando-se a substituir aqueles que estiverem danificados em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração.

3.5 - A contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais, em conformidade com o constante da correspondente da nota de empenho, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

3.6 - Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

3.7 - Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi efetuado em desacordo com o pactuado ou foi entregue em quantitativo inferior ao solicitado, a fiscalização notificará por escrito a contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar o material faltante.

3.8 - Se a contratada não substituir ou complementar o materiais entregue em desconformidade com as condições editalícias, o fiscal do contrato fará relatório circunstanciado à unidade competente com vistas à glosa da nota fiscal, no valor do material recusado ou não entregue, e a enviará para pagamento, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

IV – DA GARANTIA

4.1 Aplica-se a garantia contratual **a todos os itens do lote 03**, nos seguintes termos:

4.1.1 A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) entregar os equipamentos, acompanhados da respectiva Nota Fiscal e do Termo de Garantia devidamente preenchido, sendo que a garantia oferecida pela própria fabricante/fornecedor da mercadoria e constante do reportado Termo deverá ser de no mínimo, 12 (doze) meses. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante, caso seja superior, prevalecerá o prazo de garantia do fornecedor.

4.1.2 - O Termo/Certificado de Garantia a ser entregue pela licitante vencedora, deverá observar as regras estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8078/1990) no que se refere ao seu aspecto formal, o qual deverá esclarecer, dentre outros aspectos, no que consiste a garantia, qual o seu prazo e o local onde ela deverá ser exigida.

4.1.3 - A não apresentação do Termo/Certificado de Garantia devidamente preenchido no ato da entrega dos materiais, importará no não recebimento e/ou na recusa dos mesmos.

4.2 - Aplica-se a garantia legal, na forma do Código de Defesa do Consumidor, **aos demais itens**.

V – DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1 - A contratada deverá oferecer a assistência técnica usual de mercado para este tipo de objeto.

VI – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 – Considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público foi verificado a necessidade de formalização de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E OUTROS MATERIAIS CORRELATOS.

Tal necessidade origina-se devido ao SANEAR utilizar estes diversos materiais/ferramentas em seus setores operacionais, envolvendo manutenção de redes de água e esgoto, CETREU, bem como na prestação dos serviços de limpeza urbana e manutenção de praças e jardins. O estoque destes materiais precisa ser constantemente repostos, sendo que alguns itens estão com estoque zerado.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 – Consiste na AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E OUTROS MATERIAIS CORRELATOS, através de uma ata de registro de preços, pelo período inicial de 12 (doze) meses, podendo ser renovada por mais 01 ano. Ainda existe a possibilidade do saldo remanescente da ata ser convertido num contrato de fornecimento, com vigência inicial de 01 ano, podendo ser prorrogado por até 10 anos, visto se tratar de material de uso contínuo. O mesmo ainda é classificado como material comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII da lei 14.133/21.

VIII – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 - TIPO DE CONTRATAÇÃO:

Ata de Registro de Preços para material de natureza continuada, seu fornecimento não admite paralisação, as condições de adesão estão detalhadas no edital/minuta da ata de registro de preços, existindo, ainda, a possibilidade do saldo remanescente da ata ser convertido num contrato de fornecimento;

8.2 - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A - Condições de Habilitação, conforme edital de Licitação;

8.3 – INDICAÇÃO DE MARCA/MODELO

(X) Indicação de marca/modelo, nos termos da letra “d” do inciso I do art. 41 Lei 14.133/21 **(Neste caso a marca/modelo serve apenas como referência).**

Nos itens 07 e 06 do lote 03 e 01 do lote 06, foram indicados as marcas/ modelos abaixo:

DEWALT / DCG414T2-B2.
BING LANTERNAS JWS LT175-OAP
RIDGID

Estas indicações de marca/modelo, nos termos da letra “d” do inciso I do art. 41 da Lei 14.133/21, servem apenas como **REFERÊNCIA**, sendo aceitos outros modelos semelhantes, caso aprovados pelo requerente. As referidas marcas/modelos estão sendo utilizadas visto que a descrição do objeto licitado pode ser mais bem compreendida pela identificação das marcas/modelos indicadas.

OBS: OS DEMAIS ITENS NÃO TEM INDICAÇÃO DE MARCA/MODELO.

8.4 - AMOSTRAS

Sobre o procedimento da Amostra:

A - Nesta aquisição será necessário Amostra de parte do material (itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 36, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 84, 92, 105, 106, 107, 108, 109 e 118 DO LOTE 1 e itens 6, 9, 10, 12, 15 E 16 DO LOTE 2), conforme critérios abaixo:

As licitante classificadas provisoriamente em primeiro lugar serão convocadas pela Pregoeira a apresentar amostra(s) do objeto ofertado, conforme as seguintes regras:

O prazo para apresentação da amostra será de até 10 (dez) dias úteis, contados de sua intimação pelo Pregoeira.

O local de entrega da amostra será o Almoxarifado do SANEAR, sito a Av. Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Aeroporto, Colatina-ES, CEP 29.707 130, Telefone para contato: (27) 3723 7401.

A amostra deverá conter identificação da licitante e indicação do item do objeto para o qual foi solicitada a amostra, a modalidade e o número da licitação.

A amostra aprovada ficará à disposição do SANEAR, para fins de comparação com o material efetivamente entregue.

A Contratada deverá retirar a amostra aprovada em até quinze dias, após o recebimento definitivo da totalidade do objeto.

Será rejeitada a amostra que estiver em desacordo com as disposições do Edital.

A amostra não aceita deverá ser retirada pela licitante no prazo de até quinze dias, contados da adjudicação.

O SANEAR poderá dar a destinação que julgar conveniente à amostra não retirada em conformidade com as disposições deste Título.

Serão informadas a data e a hora em que se fará a comunicação, pelo sistema eletrônico, da conformidade da amostra apresentada pela licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar com as especificações técnicas descritas no objeto da presente licitação.

A amostra recebida ficará disponível aos interessados, no escritório do SANEAR, até a data da adjudicação.

A adjudicação do Lote somente ocorrerá após a análise das amostras.

Os licitantes interessados poderão acompanhar as conclusões da análise das amostras, devendo informar o interesse na própria sessão de disputa.

Os resultados da avaliação das amostras serão divulgados por meio de mensagem no sistema "Portal de Compras públicas".

Será desclassificado o licitante que abandonar o certame deixando de enviar as amostras dos materiais ofertados, o que pode ensejar a instrução de processo para aplicação de sanções previstas neste edital.

A reprovação das amostras dos materiais ofertados acarretará desclassificação do licitante.

A apresentação de amostra poderá ser dispensada quando se tratar de produto cujo exemplar já tenha sido adquirido pelo SANEAR e exista a comprovação em torno da sua adequação para os fins propostos neste processo de contratação e/ou no caso da marca a ser fornecida ser a referenciada, conforme o caso.

As amostras devem ser solicitadas de maneira excepcional e justificada a necessidade de sua apresentação, conforme inciso II do art. 41 da Lei 14.133/21, SEGUE JUSTIFICATIVA:

A justificativa para solicitação da amostra se traduz na necessidade de verificar a qualidade dos produtos e a conformidade das especificações técnicas exigidas dos produtos. Nesse sentido, o professor Jacoby afirma em uma de suas obras que "A prática tem revelado que muitas vezes o proponente copia a descrição do edital, sem qualquer preocupação de analisar a correlação entre o produto pretendido pela Administração e o que de fato possui para venda" [FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 538.]. A exigência da amostra no atual processo demonstra medida benéfica e segura na concretização da aquisição, visto que a definição de modelo e marca sem a prévia análise poderia acarretar na contratação de objetos irreparáveis, sobretudo por se ter como critério de avaliação o menor preço.

8.5 - PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM FORMA DE CONSÓRCIO

(X) Nesta contratação NÃO será permitida a participação de empresas constituídas em forma de consórcio.

JUSTIFICATIVA PARA NÃO CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUIDAS SOB FORMA DE CONSORCIO

Justificamos que a inserção nas condições para participação, de vedações de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que se trata de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E OUTROS MATERIAIS CORRELATOS** perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, são bastante

comuns a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio. Tendo em vista que é prerrogativa do poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio com as devidas justificativas, que atribui à administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Ressalte-se que a nossa decisão com relação à vedação à participação de consórcios, expressa no Edital, para o caso concreto em análise, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços nas licitações.

8.6 - NÃO ENQUADRAMENTO COMO BEM DE LUXO.

(X) A presente aquisição não se trata de aquisição de bem de luxo em consonância com o art. 20 da Lei 14.133/21.

8.7 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

A CONTRATANTE figura na qualidade de Controlador de dados enquanto a CONTRATADA é definida como Operadora de dados.

A CONTRATANTE e a CONTRATADA serão consideradas controladoras conjuntas quando esta transferir dados pessoais e dados pessoais sensíveis de seus representantes, prepostos ou colaboradores à CONTRATANTE.

A CONTRATADA indicará encarregado para assuntos relacionados à LGPD que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato.

O fiscal nomeado pela CONTRATANTE contará com a orientação da unidade da CONTRATANTE indicada como encarregada para atuar como canal de comunicação entre a CONTRATANTE, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

A CONTRATANTE tratará dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos representantes, prepostos ou colaboradores da CONTRATADA, para viabilizar acesso às instalações físicas e sistemas de informação essenciais ao desenvolvimento das atividades contratadas, além de cumprir com o dever legal de fiscalização na execução do contrato.

Os dados pessoais dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA, obtidos em razão desse contrato, poderão ser divulgados pela CONTRATANTE com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

A CONTRATADA está obrigada a guardar sigilo por si, por seus colaboradores ou prepostos, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento ou ter acesso em razão

deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências de eventual tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto desse contrato.

A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados ao tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

É vedado à CONTRATADA o tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a CONTRATANTE adote, se for o caso, as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Extinto o presente instrumento ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art.16 da LGPD.

8.7 - PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

(X) Não será permitida a participação de cooperativa.

JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Atestamos que permitir a participação das cooperativas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

8.8 - JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP

A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar licitação para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala, conforme art. 86 da Lei 14.133/2021.

Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que o Decreto Municipal nº 28.906, de 21 de fevereiro de 2024, abrandou tal exigência, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal:

Art. 66: A intenção de registro de preços poderá ser dispensada, mediante justificativa do órgão ou entidade demandante.

Assim, vislumbra-se que, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades públicas, conforme art. 86 da Lei 14.133/2021, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada.

No caso do SANEAR, **optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório,** o que não seria possível

caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, levando esta instituição a qualidade de órgão gerenciador.

IX – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 - A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- A – O registro de preços se iniciará com a assinatura da ata de registro de preços;
- B – Após isso, a Comissão de Fiscalização de Contrato designará o Fiscal da Ata de Registro de Preços;
- C – O fiscal da ata é que fará a solicitação das quantidades necessárias, considerando a demanda dos setores envolvidos, o que será formalizado por meio do envio de Autorização de Fornecimento à contratada;
- D – Após a confirmação do recebimento, a contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para efetuar a entrega dos materiais;
- E – No momento da entrega será feito o recebimento provisório nos termos do item 3.3.1 deste Termo de Referência.
- F – O fiscal terá o prazo de 05 (Cinco) dias úteis para fazer o recebimento definitivo do material nos termos do item 3.3.2 deste termo de referência.
- G – Todas as quantidades deverão ser acompanhadas pela contratada e contratante.
- H – O processo de pagamento será iniciado no início de cada mês e será relativo a todos os materiais entregues no mês anterior, conforme medição;
- I – A ata poderá ser prorrogada, conforme critérios estabelecidos neste termo de referência;
- J - A qualquer momento, antes de findada a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá optar por utilizar o saldo remanescente para a assinatura de um contrato de fornecimento:

CONTRATO DE FORNECIMENTO

- A – O contrato de fornecimento terá início com a assinatura do mesmo;
- B – Após isso, a Comissão de Fiscalização de Contrato designará o Fiscal do Contrato;
- C – O fiscal do contrato é que fará a solicitação das quantidades necessárias, considerando a demanda dos setores envolvidos, o que será formalizado por meio do envio de Autorização de fornecimento à contratada;
- D – Após a confirmação do recebimento, a contratada terá o prazo de 30 (Trinta) dias corridos para efetuar a entrega dos materiais.
- E – No momento da entrega será feito o recebimento provisório nos termos do item 3.3.1 deste Termo de Referência.
- F – O fiscal terá o prazo de 05 (Cinco) dias úteis para fazer o recebimento definitivo do material nos termos do item 3.3.2 deste termo de referência.
- G – Todas as quantidades deverão ser acompanhadas pela contratada e contratante.
- H – O processo de pagamento será iniciado no início de cada mês e será relativo a todos os materiais entregues no mês anterior, conforme medição.
- I – O contrato, seguindo esta dinâmica, vigorará pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado, ano a ano, até o prazo máximo de 10 (dez) anos.
- J – Todos os pedidos feitos durante a vigência do contrato deverão ser entregues.
- L – O objeto do contrato será considerado executado após o pagamento relativo à última medição.

9.2 – Durante toda a execução do objeto (Seja da Ata de registro de preços ou do contrato dela proveniente), as obrigações das partes serão as seguintes:

9.2.1 - A Contratada caberá todas as providencias relativas a execução do Objeto do Contrato, como sejam:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto
- b) Indenização por prejuízos causados a contratada ou terceiros em decorrência da execução do objeto do presente Contrato
- c) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes do trabalho e de quaisquer outras relativas a execução deste Contrato, não existindo nenhum vínculo jurídico entre a Contratante e os empregados, sub-contratantes ou fornecedores da Contratada que, como tal, tenham relação com a execução deste Contrato.
- d) Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos pela Contratante, comunicando a este qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada que desaconselhe ou impeça o fornecimento.
- e) Manter-se durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.2 - A Contratante caberá todas as providencias relativas a execução do Objeto do Contrato, como sejam:

- a) Solicitar a Contratada as quantidades através de Autorização de Fornecimento;
- b) Efetuar á Contratada os pagamentos na forma prevista no contrato;
- c) Fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato.
- d) Comunicar à Contratada, sempre que necessário qualquer deficiência em relação aos materiais.
- e) Observar para que durante a vigência deste instrumento, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, bem como todas as condições de Habilitação e Qualificação.

X – MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

Contato do Setor de Fiscalização dos Contratos:

contratos@sanear.es.gov.br

Indicação dos Setores que participarão das atividades de acompanhamento e fiscalização do contrato:

Almoxarifado

Indicação dos contatos para comunicação entre contratante e contratada ao longo do contrato:

almoxarifado@sanear.es.gov.br

10.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

10.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

10.3 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

10.4 - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

10.5 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

10.6 - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

10.7 - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

10.8 - Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

10.9 - A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

10.10 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.11 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

XI - SANÇÕES, GLOSAS E RESCISÃO CONTRATUAL, DEVIDAMENTE JUSTIFICADAS, BEM COMO OS RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO;

11.1 – As sanções, glosas e rescisão contratual e seus respectivos procedimentos de aplicação são os definidos na minuta de contrato/edital.

XII – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

12.1 - Definição da forma de pagamento:

(X) mensal;

12.2 - O pagamento será realizado em moeda nacional corrente, através de boleto bancário ou depósito em banco oficial, em até 30 (trinta) dias contados da data de entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal, aceite dos materiais e mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de Regularidade referente a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União/ Prova de Regularidade perante a Seguridade Social - INSS;

b) Prova de Regularidade perante o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);

- c) Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual - Estado Sede da Empresa;
- d) Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal - Município Sede da Empresa.
- e) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho

Na nota fiscal, a CONTRATADA deverá fazer constar o número da ATA e CONTRATO, além das especificações completas. Os dados contidos na(s) Nota(s) Fiscal (is) deverá (ão) ser igual (is) aos do CONTRATO firmado, com valor unitário, quantidade de itens, valor total, descrição etc. Caso contrário a(s) Nota(s) Fiscal(is) não será(ão) aceita(s) pelo SANEAR, sendo esta(s) devolvida(s) à transportadora / motorista e o(s) material(is) não será(ão) recebido(s) em hipótese alguma nas dependências do SANEAR;

O SANEAR enquadra-se como não contribuinte de ICMS na qualidade de consumidor;

Ocorrendo erro na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal;

O SANEAR poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA em decorrência de inadimplemento do CONTRATO;

O valor correspondente às notas fiscais vencidas e não pagas pelo SANEAR na forma contratual, sofrerá a incidência de multa de mora na base de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia sobre a parcela em atraso, limitada a sua aplicação ao valor total desta, embasados no Código Civil Brasileiro.

O pagamento da multa de mora será efetuado pelo SANEAR em seu Setor Financeiro, contra a apresentação de nota de débito contendo o número do CONTRATO e das notas fiscais correspondentes.

XIII – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1 – Sugerimos à CPC que o fornecedor seja selecionado por meio da realização de procedimento licitatório denominado Pregão Eletrônico, visto se tratar da aquisição de bem comum.

13.2 – O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

13.3 – O fornecedor deverá preencher os requisitos de habilitação preceituados no edital de licitação.

OBS: Esta aquisição não necessita de documentos de habilitação que vão além dos que os comumente exigidos tendo em vista sua baixa complexidade, inclusive no que diz respeito à qualificação técnica.

13.4 – A proposta deverá estar de acordo com as especificações técnicas solicitadas.

13.5 – As amostras e a exigência de marca, em determinados itens, deverá seguir os parâmetros preceituados neste Termo de Referência.

XIV – JUSTIFICATIVA DO ORÇAMENTO SIGILOSO

14.1 – O orçamento tem caráter sigiloso, nos termos do art. 24, caput da Lei 14.133/21, tal sigilo justifica-se:

Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117): “A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se

ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente”

Ainda segundo Zymler e Dios (2014): “Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame”.

14.2 – Esse sigilo perdurará até a conclusão da licitação nos termos do art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

XV – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 – O SANEAR não se obriga a adquirir os materiais provenientes da ata de registro de preços, motivo pelo qual, não há necessidade de adequação orçamentária para a assinatura da Ata de Registro de Preços. Os recursos orçamentários serão confirmadas a cada pedido, conforme demanda, com a emissão de nota de empenho.

Se eventualmente for assinado contrato, As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Sanear, devendo, ainda, considerar a adequação/compatibilidade com a **lei orçamentária anual ou o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, conforme o caso, antes da assinatura do referido contrato.**

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1745200381.054 ELEMENTO DE DESPESA 44905200000.
(FICHA 25 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - LIMPEZA URBANA)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1745200382.172 ELEMENTO DE DESPESA 3390300000.
(FICHA 38 – MATERIAL DE CONSUMO - LIMPEZA URBANA)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1745200382.173 ELEMENTO DE DESPESA 3390300000.
(FICHA 51 – MATERIAL DE CONSUMO - CETREU)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1751200361.052 ELEMENTO DE DESPESA 44905200000.
(FICHA 58 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - ÁGUA)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1751200362.170 ELEMENTO DE DESPESA 3390300000.
(FICHA 66 – MATERIAL DE CONSUMO - ÁGUA)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1751200372.171 ELEMENTO DE DESPESA 3390300000.
(FICHA 81 – MATERIAL DE CONSUMO - ESGOTO)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1854100392.175 ELEMENTO DE DESPESA 3390300000
(FICHA 95 – MATERIAL DE CONSUMO - ÁREAS VERDES) .

ANEXO I

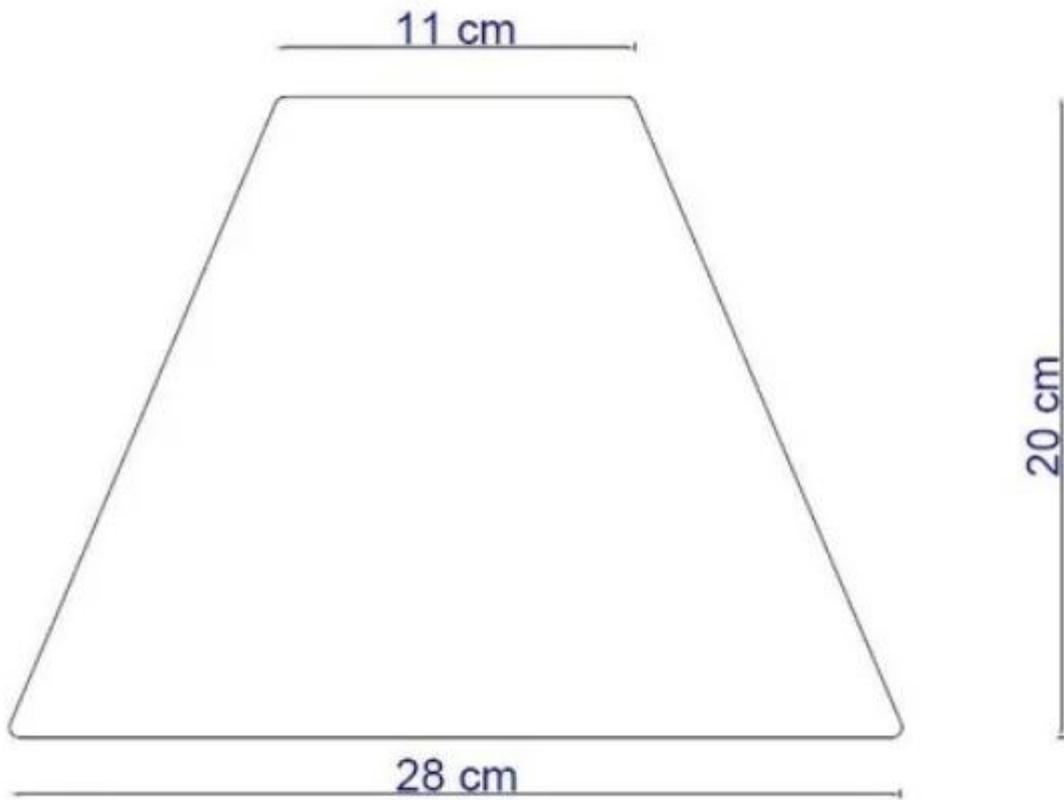
DO TERMO DE REFERÊNCIA

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO E DESENHO (ITEM 17 DO LOTE 02 (VASSOURA))

FOTO



DESENHO



ANEXO II**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço:		
CEP:	Cidade:	Telefone: ()
E-mail		
Banco:	Agência:	Conta:

Nossa proposta para o fornecimento dos itens abaixo em conformidade plena com o Termo de Referência.

Lote	Item	Unid.	Qtde.	Descrição	Valor unitário	Valor total
------	------	-------	-------	-----------	----------------	-------------

Colatina-ES, de.....de 2024.

Assinatura

Nome por extenso

Número do RG

ANEXO III**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP Nº XXX/2024****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2024****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2024**

Código de Identificação CidadES 2024.019E0100001.02.0011

O SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL - SANEAR, Autarquia Municipal criada/reestruturada pela Lei 6.931 de 07/01/2022, inscrita no CNPJ sob o nº 06.698.248/0001-54, com sede à Rua Benjamin Costa, 105, Bairro Marista, Colatina-ES, neste ato representado por seu Diretor Geral Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, matrícula nº xxxxxxxxx, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 019/2024, instaurado sob o Sistema de Registro de Preços, devidamente homologado pela autoridade competente em xxxxxxxxx, conforme Processo nº 061/2024, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxx, com sede na Rua xxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxx, neste ato denominada **FORNECEDOR**, representada por xxxxxxxxxxxxx, vencedora do Lote xxxxxx, nas quantidades estimadas, na proposta de preços do FORNECEDOR, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, mediante as cláusulas seguintes:

A Administração não se obriga a solicitar o OBJETO registrado, somente fazendo-o conforme necessidades apresentadas.

O Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora constituirão parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

DO OBJETO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E OUTROS CORRELATOS. (CONFORME TABELA ANEXO).**

O valor global para o fornecimento, objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇO é de R\$XXXXXXXXXXXXX().

O registro de preços se iniciará com a assinatura da ata de registro de preços;

Após isso, a Comissão de Fiscalização de Contrato designará o Fiscal da Ata de Registro de Preços;

O fiscal da ata é que fará a solicitação das quantidades necessárias, considerando a demanda dos setores envolvidos, o que será formalizado por meio do envio de Autorização de Fornecimento à contratada;

Após a confirmação do recebimento, a contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para efetuar a entrega dos materiais;

No momento da entrega será feito o recebimento provisório nos termos do item 3.3.1 do Termo de Referência.(anexo)

O fiscal terá o prazo de 05 (Cinco) dias úteis para fazer o recebimento definitivo do material nos termos do item 3.3.2 do termo de referência.

Todas as quantidades deverão ser acompanhadas pela contratada e contratante.

O processo de pagamento será iniciado no início de cada mês e será relativo a todos os materiais entregues no mês anterior, conforme medição;

A ata poderá ser prorrogada, conforme critérios estabelecidos neste termo de referência;

A qualquer momento, antes de findada a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá optar por utilizar o saldo remanescente para a assinatura de um contrato de fornecimento:

DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado em moeda nacional corrente, através de boleto bancário ou depósito em banco oficial, em até 30 (trinta) dias contados da data de entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal, aceite dos materiais e mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de Regularidade referente a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União/ Prova de Regularidade perante a Seguridade Social - INSS;
- b) Prova de Regularidade perante o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);
- c) Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual - Estado Sede da Empresa;
- d) Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal - Município Sede da Empresa.
- e) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho

Na nota fiscal, a CONTRATADA deverá fazer constar o número da ATA e CONTRATO, além das especificações completas. Os dados contidos na(s) Nota(s) Fiscal (is) deverá (ão) ser igual (is) aos do CONTRATO firmado, com valor unitário, quantidade de itens, valor total, descrição etc. Caso contrário a(s) Nota(s) Fiscal(is) não será(ão) aceita(s) pelo SANEAR, sendo esta(s) devolvida(s) à transportadora / motorista e o(s) material(is) não será(ão) recebido(s) em hipótese alguma nas dependências do SANEAR;

O SANEAR enquadra-se como não contribuinte de ICMS na qualidade de consumidor;

Ocorrendo erro na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal;

O SANEAR poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA em decorrência de inadimplemento do CONTRATO;

O valor correspondente às notas fiscais vencidas e não pagas pelo SANEAR na forma contratual, sofrerá a incidência de multa de mora na base de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia sobre a parcela em atraso, limitada a sua aplicação ao valor total desta, embasados no Código Civil Brasileiro.

O pagamento da multa de mora será efetuado pelo SANEAR em seu Setor Financeiro, contra a apresentação de nota de débito contendo o número do CONTRATO e das notas fiscais correspondentes.

DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES NA FONTE

Em se tratando da execução de serviços, os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, conforme determina o art. 64 da Lei n. 9.430/1996 e alterações;

Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), conforme determina a Lei n. 8.212/1991 e alterações;

Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar n. 116/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.

Ao efetuar pagamento a pessoa jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria, contratado e prestado, ocorrerá a retenção do Imposto de Renda - IR, em observância ao disposto no Decreto Municipal n. 28.521, de 25 de agosto de 2023, que "Dispõe sobre a retenção do imposto na fonte sobre renda, proventos e pagamentos a fornecedores de bens e serviços, de qualquer natureza, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por órgãos e entidades da administração do Poder Executivo do Município de Colatina, e dá outras providências", bem como em observância o disposto na Instrução Normativa nº 1234/2012, com alterações dadas pela Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil.

Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais, faturas ou quaisquer outros documentos de cobrança com o destaque do IR na Fonte, tendo como base as alíquotas constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 1234/2012. Caso não o faça, os agentes responsáveis pelo aceite, pela liquidação e pelo pagamento da despesa efetuarão a retenção do imposto de Renda na Fonte independentemente, nos termos do Art. 3º do Decreto Municipal n. 28.521/2023 e no § 5º do art. 2º da IN 1234/2012.

Não se aplica a retenção de imposto de renda prevista no Decreto Municipal n. 28.521/2023 aos optantes do Simples Nacional, incluindo-se os Microempreendedores Individuais - MEI, na forma da Instrução Normativa nº 765 da Receita Federal do Brasil, além das pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero de imposto de renda conforme o artigo 4º da Instrução Normativa 1234/2012.

A CONTRATADA, caso optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal correspondente aos serviços prestados, declaração relativa à sua opção por tal regime tributário.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA /REJUSTE E PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 82 da Lei 14.133/21.

A Ata será reajustada com base no índice INPC (IBGE) considerando como data-base à data do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º da Lei 14.133/21.

Na prorrogação da Ata poderá ser restabelecido o quantitativo inicial, conforme art. 62, do Decreto Municipal 28.906, de 21 de fevereiro de 2024.

DO(S) ORGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O SANEAR é o único órgão participante e será o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços.

A(s) empresa(s) Detentora(s) das Atas de Registro de Preços oriundas deste certame deverá(ão) manter as mesmas condições de qualidade do produto a ser fornecido, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste registro de preços, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

DA ADESÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

- ✓ A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- ✓ Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- ✓ O prazo previsto acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

DO PRAZO, DA ENTREGA, DO LOCAL, DO RECEBIMENTO E DA GARANTIA

O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias contados da data do pedido formal por parte da contratante

Os materiais deverão ser entregues no Almojarifado do SANEAR, sito a Av. Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Aeroporto, Colatina-ES, CEP 29.707 130, Telefone para contato: (27) 3723 7401.

FRETE CIF- com descarga por conta da firma fornecedora.

O recebimento ocorrerá em duas etapas:

- **Recebimento provisório:** o material será recebido provisoriamente no momento da entrega, para verificação de sua conformidade com as especificações exigidas, a proposta e a amostra apresentada ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de entrega inicialmente fixado.

- **Recebimento definitivo:** no prazo de 05 dias úteis após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características do material que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

- A contratada garantirá a qualidade de cada unidade do material fornecido, obrigando-se a substituir aqueles que estiverem danificados em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração.

- A contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais, em conformidade com o constante da correspondente da nota de empenho, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

- Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

- Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi efetuado em desacordo com o pactuado ou foi entregue em quantitativo inferior ao solicitado, a fiscalização notificará por escrito a contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar o material faltante.

- Se a contratada não substituir ou complementar o materiais entregue em desconformidade com as condições editalícias, o fiscal do contrato fará relatório circunstanciado à unidade competente com vistas à glosa da nota fiscal, no valor do material recusado ou não entregue, e a enviará para pagamento, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

Aplica-se a garantia contratual a todos os itens do lote 03 , nos seguintes termos:

A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) entregar os equipamentos, acompanhados da respectiva Nota Fiscal e do Termo de Garantia devidamente preenchido, sendo que a garantia oferecida pela própria fabricante/fornecedor da mercadoria e constante do reportado Termo deverá ser de no mínimo, 12 (doze) meses. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante, caso seja superior, prevalecerá o prazo de garantia do fornecedor.

- O Termo/Certificado de Garantia a ser entregue pela licitante vencedora, deverá observar as regras estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8078/1990) no que se refere ao seu aspecto formal, o qual deverá esclarecer, dentre outros aspectos, no que consiste a garantia, qual o seu prazo e o local onde ela deverá ser exigida.

- A não apresentação do Termo/Certificado de Garantia devidamente preenchido no ato da entrega dos materiais, importará no não recebimento e/ou na recusa dos mesmos.

- Aplica-se a garantia legal, na forma do Código de Defesa do Consumidor, aos demais itens.

DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- ✓ Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- ✓ Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- ✓ Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.
- ✓ Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
- ✓ Para fins do disposto no caput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- ✓ Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- ✓ Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- ✓ Na hipótese de não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- ✓ O órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- ✓ O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual
- ✓

AS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DO FORNECEDOR

DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- ✓ Gerenciar a Ata de Registro de Preços.
- ✓ Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas no Edital .
- ✓ Fiscalizar o objeto na forma estabelecida no Edital de Pregão Eletrônico/SRP nº.019/2024 e seus anexos.
- ✓ Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento .
- ✓ O SANEAR reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os MATERIAIS entregues e aceitos .

DO FORNECEDOR REGISTRADO

- ✓ Assinar a presente Ata de Registro de Preços , no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da respectiva convocação.
- ✓ Informar, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, quanto à aceitação ou não do objeto para outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste.
- ✓ Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes do fornecimento e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora.
- ✓ Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados ao fornecimento, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- ✓ Não se valer da Ata para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função do fornecimento realizado, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da Contratante;
- ✓ Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- ✓ Manter, durante o prazo de validade e o período de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas no Edital.
- ✓ Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução desta Ata de Registro de Preços.
- ✓ Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscal e comercial resultantes do objeto desta Ata de Registro de Preços.
- ✓ Disponibilizar funcionários em número suficiente para garantir a entrega dentro do prazo estabelecido.

DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

- ✓ A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- ✓ Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- ✓ Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- ✓ O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- ✓ A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- ✓ Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- ✓ liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- ✓ Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- ✓ O registro do fornecedor será cancelado quando:
- ✓ descumprir as condições da ata de registro de preços;
- ✓ não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- ✓ não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- ✓ O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- ✓ O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- ✓ por razão de interesse público; ou a pedido do fornecedor.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- ✓ Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a mesma será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante conforme previsão do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2022, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 01 (um) dias úteis após o recebimento da Ordem de Fornecimento.
- ✓ As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias;
- ✓ A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão contratante que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas e serão designados por meio de Portaria, publicada no DOM.
- ✓ A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará preferencialmente por meio de e-mail e contato telefônico sem prejuízo de outros meios disponíveis.
- ✓ As responsabilidades do Gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

DAS SANÇÕES E PENALIDADES

A prática de atos ilícitos sujeita o Contratado à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021:

Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

multas nos seguintes percentuais:

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento

equivalente;

a.1. a multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao contratado que descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas;

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações previstas nos incisos do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021;

As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem acima.

As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Diretor Geral do SANEAR.

A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Diretor Geral do SANEAR.

A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:

a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;

b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;

c) primeiro dia após a publicação da notificação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo;
No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

A multa moratória também poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

A multa inadimplida poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.

A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

DA SUCESSÃO OU ALTERAÇÃO SUBJETIVA

O presente Registro de Preço obriga as partes contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da FORNECEDORA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da Ata; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da Ata.

As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, §4 do art. 86 da Lei nº 14.133.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo ao Edital.

DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Colatina-ES, a, para dirimir as questões derivadas desta Ata de Registro de Preços, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, e igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, que deverá ser publicada no D.O.M., para que surta seus efeitos, jurídicos obrigando-se por si e seus sucessores.

ORGÃO GERENCIADOR

FORNECEDOR

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

Código de Identificação CidadES 2024.019E0100001.02.0011

As PARTES qualificadas a seguir têm entre si justo e avençado, e celebram o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS PARÂMETROS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO

CONTRATANTE: SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL, Autarquia Municipal criada pela Lei nº 6.931/22, inscrita no CNPJ sob o nº 06.698.248/0001-54, com sede na Rua Benjamin Costa, 105, B. Marista, Colatina-ES, neste ato representado por seu Diretor Geral Sr. xxxxxxxxxxxx,

CONTRATADA: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

PROCESSO 051/2024

LICITAÇÃO: PE-019/2024

DO OBJETO: Futura e eventual aquisição de ferramentas e outros materiais correlatos, conforme condições, quantidades e exigências de acordo com o resultado do Processo Licitatório nº 051/2024, Pregão Eletrônico/SRP nº 019/2024 e, ainda, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, o seguinte:

Discriminação do Objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DO CONTRATO					R\$

DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 82 da Lei 14.133/21.

DO PREÇO

O valor global da contratação é de R\$ xxxxx (xxxxx).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1745200381.054 ELEMENTO DE DESPESA 44905200000. (FICHA 25 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - LIMPEZA URBANA)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1745200382.172 ELEMENTO DE DESPESA 3390300000. (FICHA 38 – MATERIAL DE CONSUMO - LIMPEZA URBANA)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1745200382.173 ELEMENTO DE DESPESA 3390300000. (FICHA 51 – MATERIAL DE CONSUMO - CETREU)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1751200361.052 ELEMENTO DE DESPESA 44905200000. (FICHA 58 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - ÁGUA)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1751200362.170 ELEMENTO DE DESPESA 3390300000. (FICHA 66 – MATERIAL DE CONSUMO - ÁGUA)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1751200372.171 ELEMENTO DE DESPESA 3390300000. (FICHA 81 – MATERIAL DE CONSUMO - ESGOTO)

DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 200001.1854100392.175 ELEMENTO DE DESPESA 3390300000 (FICHA 95 – MATERIAL DE CONSUMO - ÁREAS VERDES) .

DO PAGAMENTO

12.2 - O pagamento será realizado em moeda nacional corrente, através de boleto bancário ou depósito em banco oficial, em até 30 (trinta) dias contados da data de entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal, aceite dos materiais e mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de Regularidade referente a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União/ Prova de Regularidade perante a Seguridade Social - INSS;
- b) Prova de Regularidade perante o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);
- c) Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual - Estado Sede da Empresa;
- d) Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal - Município Sede da Empresa.
- e) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho

Na nota fiscal, a CONTRATADA deverá fazer constar o número do CONTRATO, além das especificações completas. Os dados contidos na(s) Nota(s) Fiscal (is) deverá (ão) ser igual (is) aos do CONTRATO firmado, com valor unitário, quantidade de itens, valor total, descrição etc. Caso contrário a(s) Nota(s) Fiscal(is) não será(ão) aceita(s) pelo SANEAR, sendo esta(s) devolvida(s) à transportadora / motorista e o(s) material(is) não será(ão) recebido(s) em hipótese alguma nas dependências do SANEAR;

O SANEAR enquadra-se como não contribuinte de ICMS na qualidade de consumidor;

Ocorrendo erro na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal;

O SANEAR poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA em decorrência de inadimplemento do CONTRATO;

O valor correspondente às notas fiscais vencidas e não pagas pelo SANEAR na forma contratual, sofrerá a

incidência de multa de mora na base de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia sobre a parcela em atraso, limitada a sua aplicação ao valor total desta, embasados no Código Civil Brasileiro.

O pagamento da multa de mora será efetuado pelo SANEAR em seu Setor Financeiro, contra a apresentação de nota de débito contendo o número do CONTRATO e das notas fiscais correspondentes.

DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES NA FONTE

Em se tratando da execução de serviços, os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, **no que couber**, às retenções na fonte nos seguintes termos:

Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, conforme determina o art. 64 da Lei n. 9.430/1996 e alterações;

Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), conforme determina a Lei n. 8.212/1991 e alterações;

Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar n. 116/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.

Ao efetuar pagamento a pessoa jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria, contratado e prestado, ocorrerá a retenção do Imposto de Renda - IR, em observância ao disposto no Decreto Municipal n. 28.521, de 25 de agosto de 2023, que "Dispõe sobre a retenção do imposto na fonte sobre renda, proventos e pagamentos a fornecedores de bens e serviços, de qualquer natureza, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por órgãos e entidades da administração do Poder Executivo do Município de Colatina, e dá outras providências", bem como em observância o disposto na Instrução Normativa nº 1234/2012, com alterações dadas pela Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil.

Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais, faturas ou quaisquer outros documentos de cobrança com o destaque do IR na Fonte, tendo como base as alíquotas constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 1234/2012. Caso não o faça, os agentes responsáveis pelo aceite, pela liquidação e pelo pagamento da despesa efetuarão a retenção do imposto de Renda na Fonte independentemente, nos termos do Art. 3º do Decreto Municipal n. 28.521/2023 e no § 5º do art. 2º da IN 1234/2012.

Não se aplica a retenção de imposto de renda prevista no Decreto Municipal n. 28.521/2023 aos optantes do Simples Nacional, incluindo-se os Microempreendedores Individuais - MEI, na forma da Instrução Normativa nº 765 da Receita Federal do Brasil, além das pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero de imposto de renda conforme o artigo 4º da Instrução Normativa 1234/2012.

A CONTRATADA, caso optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal correspondente aos serviços prestados, declaração relativa à sua opção por tal regime tributário.

DO PRAZO, DA ENTREGA, DO RECEBIMENTO

O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias contados da data do pedido formal por parte da contratante

Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado do SANEAR, cito a Av. Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Aeroporto, Colatina-ES, CEP 29.707 130, Telefone para contato: (27) 3723 7401.

FRETE CIF- com descarga por conta da firma fornecedora.

O recebimento ocorrerá em duas etapas:

Recebimento provisório: o material será recebido provisoriamente no momento da entrega, para verificação de sua conformidade com as especificações exigidas, a proposta e a amostra apresentada ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de entrega inicialmente fixado.

Recebimento definitivo: no prazo de 05 dias úteis após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características do material que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

A contratada garantirá a qualidade de cada unidade do material fornecido, obrigando-se a substituir aqueles que estiverem danificados em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração.

A contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais, em conformidade com o constante da correspondente da nota de empenho, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi efetuado em desacordo com o pactuado ou foi entregue em quantitativo inferior ao solicitado, a fiscalização notificará por escrito a contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar o material faltante.

Se a contratada não substituir ou complementar o materiais entregue em desconformidade com as condições editalícias, o fiscal do contrato fará relatório circunstanciado à unidade competente com vistas à glosa da nota fiscal, no valor do material recusado ou não entregue, e a enviará para pagamento, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

GARANTIA DO OBJETO

Aplica-se a garantia legal, na forma do Código de Defesa do Consumidor.

DO REAJUSTE

O CONTRATO será reajustado com base no índice INPC (IBGE) considerando como data-base à data do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º da Lei 14.133/21.

DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

O reequilíbrio econômico financeiro tem como objetivo restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Considerando a flutuação dos preços do mercado, fica estabelecido que as variações para mais ou para menos dos preços de até 5% (cinco por cento) do valor atual do contrato, não será configurado álea extraordinária e extracontratual, devendo as partes absorver tais variações pelo preço ofertado. Percentuais superiores aos 5% estabelecidos serão avaliados pela Administração para fins de concessão do reequilíbrio contratual ou não.

Será levado em consideração na análise do pedido de reequilíbrio econômico financeiro, eventual desconto ofertado pela Contratada sobre o valor estimado do processo na fase de lances.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Rua Benjamin Costa, 105 – Bairro Marista – Colatina/ES – CEP 29707-130

Telefax: (27) 2102-4300 / 0800 28 39 733 - E-mail: sanear@sanear.es.gov.br

A **CONTRATADA**, além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, Anexo do Edital do Pregão Eletrônico citado na Cláusula Primeira, deve:

- ✓ Efetuar o carregamento dos veículos por meio de equipamentos próprios.
- ✓ Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- ✓ Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- ✓ Cumprir, durante a vigência do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e apresentar os respectivos comprovantes do cumprimento dessas exigências sempre que solicitado pela CONTRATANTE;
- ✓ Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- ✓ Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ainda que haja fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.
- ✓ Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;
- ✓ Indicar, no início da execução do contrato, endereço eletrônico institucional para recebimento de cópia da ordem bancária e, se houver, de retenções, dos respectivos demonstrativos, da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) e da Declaração de Retenção do Imposto Sobre Serviços (DRISS).
- ✓ Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE sobre eventuais alterações do endereço eletrônico institucional indicado no item anterior.
- ✓ A CONTRATADA se compromete, ainda, a:
- ✓ Cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis ("Dados Pessoais") vigentes ou que entrarem em vigor na vigência deste contrato;
- ✓ Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais, especialmente quanto à confidencialidade dos dados pessoais;
- ✓ Prestar informações à CONTRATANTE para que esta proveja às respostas ao titular de dados, nos termos da LGPD;
- ✓ Tratar os dados pessoais apenas para fins lícitos, adotando as melhores posturas e práticas para preservar o direito à privacidade dos titulares e dar cumprimento às regras e princípios previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD;
- ✓ Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais, respeitando as políticas e regras editadas ou que vierem a ser editadas pela CONTRATANTE no tocante ao armazenamento e tratamento de dados e informações pessoais, sem prejuízo do estrito respeito à LGPD, bem como quaisquer outras leis relativas à proteção de dados pessoais que vierem a ser promulgadas ou entrarem em vigor no curso da vigência deste contrato;
- ✓ Garantir que qualquer atividade realizada envolvendo o tratamento de Dados Pessoais, resultante do objeto do presente contrato, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com a Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE e normativos correlatos;
- ✓ Possibilitar e garantir à CONTRATANTE o acompanhamento, fiscalização e auditoria, a qualquer tempo, no que se refere às obrigações relativas à proteção de dados pessoais;

- ✓ Realizar o Tratamento de Dados Pessoais no estrito limite determinado pela CONTRATANTE para execução do contrato;
- ✓ Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais, viabilizando à CONTRATANTE a coleta de termos de confidencialidade de todos os seus colaboradores vinculados a este contrato;
- ✓ Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;
- ✓ Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais, com exceção, se for o caso, da subcontratação previamente autorizada pela CONTRATANTE.
- ✓ **São expressamente vedadas à CONTRATADA:**
- ✓ A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- ✓ A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
- ✓ A contratação de dirigente ou servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

A Contratada caberá também:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto
- b) Indenização por prejuízos causados a contratada ou terceiros em decorrência da execução do objeto do presente Contrato
- c) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes do trabalho e de quaisquer outras relativas a execução deste Contrato, não existindo nenhum vínculo jurídico entre a Contratante e os empregados, sub-contratantes ou fornecedores da Contratada que, como tal, tenham relação com a execução deste Contrato.
- d) Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos pela Contratante, comunicando a este qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada que desaconselhe ou impeça o fornecimento.
- e) Manter-se durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

A Contratante caberá todas as providências relativas a execução do Objeto do Contrato, como sejam:

- a) Solicitar a Contratada as quantidades através de Autorização de Fornecimento;
- b) Efetuar à Contratada os pagamentos na forma prevista no contrato;
- c) Fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato.
- d) Comunicar à Contratada, sempre que necessário qualquer deficiência em relação aos materiais.
- e) Observar para que durante a vigência deste instrumento, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, bem como todas as condições de Habilitação e Qualificação.

DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante conforme previsão do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 01 (um) dia útil após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

- As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias;

A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão contratante que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas e serão designados por meio de Portaria, publicada no DOM.

A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará preferencialmente por meio de e-mail e contato telefônico sem prejuízo de outros meios disponíveis.

As obrigações do Gestor e Fiscal do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A prática de atos ilícitos sujeita o Contratado à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021:

Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

multas nos seguintes percentuais:

c) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;

a.1. a multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao contratado que descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas;

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações previstas nos incisos do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021;

As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem acima.

As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Diretor Geral do SANEAR.

A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Diretor Geral do SANEAR.

A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:

- a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;
 - b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;
 - c) primeiro dia após a publicação da notificação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo;
- No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

A multa moratória também poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

A multa inadimplida poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.

A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

A extinção deste contrato se dará nos termos dos artigos 106, inciso III, ou 137 da Lei n. 14.133/2021.

No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

DA SUBCONTRATAÇÃO

Devido à unicidade do fornecimento, é vedada a subcontratação.

DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

A CONTRATANTE figura na qualidade de Controlador de dados enquanto a CONTRATADA é definida como Operadora de dados.

A CONTRATANTE e a CONTRATADA serão consideradas controladoras conjuntas quando esta transferir dados pessoais e dados pessoais sensíveis de seus representantes, prepostos ou colaboradores à CONTRATANTE.

A CONTRATADA indicará encarregado para assuntos relacionados à LGPD que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato.

O fiscal nomeado pela CONTRATANTE contará com a orientação da unidade da CONTRATANTE indicada como encarregada para atuar como canal de comunicação entre a CONTRATANTE, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

A CONTRATANTE tratará dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos representantes, prepostos ou colaboradores da CONTRATADA, para viabilizar acesso às instalações físicas e sistemas de informação essenciais ao desenvolvimento das atividades contratadas, além de cumprir com o dever legal de fiscalização na execução do contrato.

Os dados pessoais dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA, obtidos em razão desse contrato, poderão ser divulgados pela CONTRATANTE com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

A CONTRATADA está obrigada a guardar sigilo por si, por seus colaboradores ou prepostos, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento ou ter acesso em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências de eventual tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto desse contrato.

A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados ao tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

É vedado à CONTRATADA o tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a CONTRATANTE adote, se for o caso, as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Extinto o presente instrumento ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art.16 da LGPD.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: O Termo de Referência, o Edital da Licitação, a

Proposta do contratado e Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Todo o pessoal que for utilizado na execução deste contrato será diretamente vinculado e subordinado à CONTRATADA, não tendo com a CONTRATANTE nenhuma relação jurídica sobre qualquer título ou fundamento.

A CONTRATADA não terá direito a qualquer indenização se ocorrer, provisória ou definitivamente, a suspensão da execução deste Contrato, por culpa sua, assegurando-lhe, porém, no caso da rescisão por motivos alheios a sua vontade e sem infração de quaisquer cláusulas e condições contratuais, o pagamento de forma proporcional ao fornecimento efetivamente realizado.

As PARTES CONTRATANTES obrigam-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores.

Para os efeitos de direito valem para este Contrato a Lei nº 14.133/21 e, alterações posteriores, e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, a proposta de preços apresentada, aplicando-se, ainda, para os casos omissos, os princípios gerais de Direito.

A CONTRATADA será responsável por todas as obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias, seguros, taxas e impostos, acaso envolvidos, especialmente por qualquer vínculo empregatício que venha a se configurar, inclusive indenizações decorrentes de acidente de trabalho.

DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Colatina-ES, como competente para dirimir toda e qualquer dúvida ou controvérsia resultante do presente Contrato, renunciando expressamente a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure. E, assim, as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo, a todo o ato presente, para os seus legais efeitos.

Colatina-ES, xx/xxxxx/2024.

CONTRATANTE

CONTRATADA

JUSTIFICATIVA PARA NÃO CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUIDAS SOB FORMA DE CONSORCIO

Justificamos que a inserção nas condições para participação, de vedação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consorcio se justifica na medida em que se trata de **FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS** perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, são bastante comuns a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante á qualificação técnica e econômico financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consorcio não trará prejuízos á competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a administração, com vistas a aumentar o numero de participantes, admite a formação de consorcio. Tendo em vista que é prerrogativa do poder Publico, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consorcio com as devidas justificativas, que atribui á administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consorcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Ressalte-se que a nossa decisão com relação á vedação á participação de consórcios, expressa no Edital, para o caso concreto em análise, visa exatamente afastar a restrição á competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o numero de licitantes e poderia eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços nas licitações .

JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Atestamos que permitir a participação das cooperativas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

Célia Alvarenga de Freitas Giuberti Grassi
Agente de contratação/Pregoeira- SANEAR